



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

POBREZA, RAÇA E GÊNERO: famílias de detentas em João Pessoa/PB

ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

JOÃO PESSOA
Fevereiro, 2020

ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

POBREZA, RAÇA E GÊNERO: famílias de detentas em João Pessoa/PB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Luziana Ramalho Ribeiro

JOÃO PESSOA

Fevereiro, 2020

ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

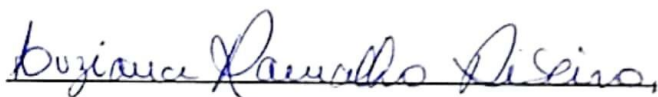
POBREZA, RAÇA E GÊNERO: famílias de detentas em João Pessoa/PB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luziana Ramalho Ribeiro

Aprovada em: 07 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Luziana Ramalho Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba – PPGSS/UFPB



Prof. Dr. Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba – PPGDH/UFPB



Prof.^a Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Campina Grande – PPGH/UFCG

JOÃO PESSOA
Fevereiro, 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Anna Paula Batista Dos.

POBREZA, RAÇA E GÊNERO: famílias de detentas em João
Pessoa/PB / Anna Paula Batista Dos Santos. - João
Pessoa, 2020.
110 f.

Orientação: Luziana Ramalho Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Pobreza. Raça. Gênero. Mulheres. Família. I.
Ribeiro, Luziana Ramalho. II. Título.

UFPB/CCHLA

À minha mãe, Gizélia Batista dos Santos “[...] que sempre costurou a vida com fios de ferro”.
(Olhos d’água – Conceição Evaristo).

AGRADECIMENTOS

Chega ao fim mais uma etapa de minha vida e eu não cheguei até aqui sozinha, pelo contrário, muitas foram as mãos que me seguraram para que eu concluísse essa fase de forma sã. Sendo assim, é fundamental que eu agradeça a quem esteve comigo durante todo esse percurso.

Inicialmente gostaria de agradecer à Deus pelo amor, inteligência e sabedoria que me concedeu. Inúmeras foram as vezes que eu pensei que não ia conseguir concluir esta dissertação devido o cansaço, estresse, dificuldades da vida cotidiana e toda as vezes eu lhe pedi forças para continuar e Ele gentilmente acalmava meu coração. Agradeço por sempre estar comigo e por nunca ter me abandonado.

À minha mãe por absolutamente tudo! Por ter me criado com tanto amor e zelo apesar das incontáveis adversidades. Por ter me matriculado na escola pública desde os seis anos de idade, por ter me incentivado ao hábito da leitura através dos gibis, por sempre ter trabalhado tanto para comprar meus cadernos, lápis, mochilas, sapatos e minhas fardas, por não ter deixado faltar nada em minha vida e em relação à minha educação. Agradeço por ter fé em mim e em tudo que eu faço, por todas as palavras de incentivo, por me ajudar de todas as formas. É com muita emoção que eu escrevo que, se eu estou concluindo um Mestrado em uma Universidade Pública e Federal, coisa que em nossa realidade jamais seria possível, é também pelo seu esforço e determinação. Obrigada pelo amor incondicional! Agradeço também à minha tia e a meu avô que sempre acreditaram em mim.

À minha eterna orientadora e amiga, a Professora Luziana Ramalho Ribeiro, que desde quando nos encontramos em 2015, sempre esteve presente em minha vida. Conhecer e conviver com Luzi tem sido um privilégio imenso, me sinto realmente agraciada, pois, boa parte do que aprendi e pude desenvolver na vida acadêmica eu devo a ela. Obrigada por ter me aceitado como orientanda desde o Estágio Supervisionado 1, por estar comigo durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso e pela parceria e paciência em todos os ensinamentos, inclusive na fase do Mestrado. Obrigada por ter me apresentado ao universo da pesquisa em prisões e segurança pública, a vários autores dentre eles Michel

Foucault, por ter confiado no meu potencial durante todo esse tempo, por todas as conversas fora do ambiente de sala de aula e reuniões de grupo de pesquisa, pela amizade e afeto, por tudo! Sou muito feliz por tê-la conhecido e espero que a vida nos proporcione outros encontros.

Ao Grupo de Estudos sobre Violência e Segurança Pública (GEVISP) por ter me ensinado tanto! Eu ficava ansiosa para chegar a sexta feira e poder discutir os textos com todo o grupo reunido. Aprendi muito com todos.

À Professora Regina Coelli e ao Professor Nelson Gomes por aceitarem participar da minha banca de qualificação e agora da banca final. Obrigada por todas as contribuições ao meu trabalho. Ao Professor Nelson, agradeço pela oportunidade de ter participado do Lapsus, pois, bastante coisa desta dissertação eu adquiri de lá.

Às amigas e amigos que estiveram presentes durante essa trajetória. À Thais, Fabinha, Vanessa, Marta, Marcelly e Luana pelas companhias durante o período de cumprimento das disciplinas em sala de aula, que fizeram que esse momento se tornasse mais leve. À José e Bruno pela amizade construída durante o Estágio de Docência; vocês foram essenciais para tornar esse processo mais agradável! À Babi, minha amiga para além da UFPB, por todos os momentos vivenciados, sendo eles bons ou não, e pelo ouvido sempre atento.

À Shirleny por todas as indicações de leitura, pela escuta e por compartilhar experiências desde o período da construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Gratidão pela paciência em todas as vezes que recorri a você. À Gabi, pela amizade e tradução do resumo desta dissertação.

Agradeço à Solange Almeida, Assistente Social, e à Eronice Rayka, Psicóloga que trabalham no Programa de Saúde Penitenciária do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, pelas vezes que me prestaram todas as informações que precisei durante esse processo. Agradeço também à Cynthia Almeida, diretora da referida unidade prisional, por sempre ter mostrado disponibilidade nesse sentido.

À Gerência de Ressocialização do Estado da Paraíba pela autorização da pesquisa de campo.

À todas as mulheres que participaram desta pesquisa. Obrigada por aceitarem colaborar com esse estudo, por cederem seus tempos enquanto aguardavam para realizar as visitas às suas parentas presas, por abrirem seus corações. Não consigo dimensionar o quanto aprendi com vocês e espero, de coração, que em algum momento suas vidas melhorem.

À educação pública e de qualidade, de quem sempre fui público. À Universidade Federal da Paraíba por ter me aberto tantas portas.

Ao CNPQ, pela concessão da bolsa para que esta pesquisa fosse realizada.

A todos que contribuíram das mais diversas formas para que esse trabalho fosse realizado e concluído.

O que vocês diriam dessa coisa
Que não dá mais pé?
O que vocês fariam pra sair dessa maré?
O que era sonho vira terra
Quem vai ser o primeiro a me responder?
(Milton Nascimento e Beto Guedes)

RESUMO

Os processos sociais que constituíram nosso país foram marcados pela violência e eliminação de indivíduos ditos perigosos. Entre essas pessoas, as mulheres negras, pobres e periféricas apresentam-se enquanto um dos públicos alvos de discursos e práticas eugênicas. Essas mulheres, que muitas vezes são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias, sofrem preconceito e discriminação pela sociedade e, se possuem alguma familiar presa, esse estigma aumenta. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho foi analisar a realidade das famílias das detentas a partir dos condicionantes pobreza, raça e gênero. Para tanto, examinou-se a construção de um ideário de nação para o Brasil em fins do século XIX que, visava um verdadeiro massacre da população que aqui vivia. Foi discutido também acerca da trajetória de vida e realidade das mulheres negras, símbolos de força e resistência, que sofrem diversas violações de direitos e são discriminadas principalmente se têm alguma parenta presa. Por fim, procedeu-se à análise e discussão dos dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas e interpretados a partir da análise do discurso. Esta pesquisa classificou-se enquanto qualitativa, exploratória, de revisão de literatura, documental e de campo. Os resultados apontaram que as familiares das detentas são majoritariamente mulheres, negras, oriundas de periferia que sofrem inúmeras violações de direitos e que lutam para sobreviver e ainda garantir o sustento de sua familiar que está encarcerada. Essas pessoas são estigmatizadas pela sociedade, fazem parte das ditas “classes perigosas” e são objetos de discursos e práticas normalizadoras e padronizantes.

Palavras-chave: Pobreza. Raça. Gênero. Mulheres. Família.

ABSTRACT

The social processes that constituted our country were marked by violence and elimination of individuals such as dangerous. Among these people, black, poor and peripheral women present themselves as one of the target audiences of eugenic discourses and practices. These women, who are often primarily responsible for supporting their families, suffer prejudice and discrimination from society, and if they have a family member imprisoned, this stigma increases. Thus, the main objective of this paper was to analyze the reality of detainees' families based on poverty, race and gender. For this purpose, I examined the construction of a nation's ideal for Brazil in the late nineteenth century that aimed at a true massacre of the population that lived here. I also discussed the trajectory of life and reality of black women, symbols of strength and resistance, who suffer various violations of rights and are discriminated mainly if they have any imprisoned relatives. Finally, I brought the analysis and discussion of the data collected through semi-structured interviews and interpreted from the discourse analysis. This research was classified as qualitative, literature review, documentary and field. The results indicated that the detainees' relatives are mostly women, black, from the periphery who suffer numerous rights violations and who struggle to survive and still ensure the support of their incarcerated family member. These people are stigmatized by society, are part of the so-called "dangerous classes" and are the objects of normalizing and standardizing discourses and practices.

Keywords: Poverty. Race. Gender. Women. Family

LISTA DE SIGLAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CNPP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CRFMJM – Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão

FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência

GER – Gerência de Ressocialização do Estado da Paraíba

IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de Execução Penal

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não governamental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PSP – Programa de Saúde Penitenciária

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A negra, óleo sobre tela, 100 x 81 cm. Tarsila do Amaral, 1923.....27

Figura 2: Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM).....71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - Ideário de civilidade: a construção de um novo Brasil.....	23
1.1 Gêneses da eugenia.....	23
1.2 Eugenia e a formação de uma nova sociedade brasileira.....	29
1.3 Classes perigosas e criminalização da pobreza.....	41
CAPÍTULO II – Fora da norma: mulheres negras e parentes de	
detentas.....	49
2.1 Escravidão e gênero: um resgate histórico.....	49
2.2 Gênero e divisão sexual do trabalho.....	54
2.3 Ser mulher, negra, pobre e familiar de detenta: violações de	
direitos.....	56
2.3.1 Acesso à justiça.....	59
2.3.2 Revista íntima.....	60
2.3.3 Visita social e visita	
íntima.....	66
CAPÍTULO III - Realidade das famílias que possuem parentas	
encarceradas.....	72
3.1 Presídio Maria Júlia	
Maranhão.....	72
3.2 A entrada no campo de pesquisa.....	74
3.3 Construindo uma teia significativa.....	79
3.3.1 Gênero das entrevistadas.....	79
3.3.2 Nível de escolaridade e Renda Familiar.....	81
3.4 Palavras que fazem sangrar.....	82
3.4.1 “É difícil... tem dia que não dá nem vontade de eu vim mas eu venho por	
causa dela, é difícil, é difícil, só sabe quem passa, né? É...”.....	83
3.4.1.2 “Olham como se a gente seja culpada, tenha culpa, é, varias, é como é	
que se diz, seja culpada, seja condenada também...”.....	84

3.4.2 “A pessoa não acredita, né? De cara a pessoa não acredita, fica abatido, não acredita, não dá, fica meio abatido, né?.....	86
3.4.2.1 “Às vezes eu tenho surto, às vezes assim, minha autoestima vai lá pra baixo... às vezes eu, aquele negócio vem, aquela negatividade, né?.....	87
3.4.3 “Como assim? Tem é nada! Só tem Jesus, Só Jesus na vida da gente”.....	89
3.4.4 “É muito ruim!”.....	92
3.4.4.1 “Eu choro muito, eu entro em depressão, eu passo uns dois dias me sentindo cansada, pesada, sabe? Uma tristeza sobre mim muito grande, pra mim o horrível é a despedida...”.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICES.....	106
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	107
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevistas Estruturado: Familiares das detentas...	109
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semiestruturado: Familiares das detentas.....	110

INTRODUÇÃO

”Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro. Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais.”

(Mineirinho – Clarice Lispector)

No trecho acima, retirado do conto ‘Mineirinho’, escrito por Clarice Lispector e publicado pela Revista Senhor em 1958, a autora relata com espanto o assassinato cometido pela polícia com 13 tiros de um dito bandido. Em uma entrevista concedida em 1977, Clarice disse: *“Qualquer que tivesse sido o crime dele uma bala bastava, o resto era vontade de matar, era prepotência”*. A morte de Mineirinho fora justificada por ele ser considerado pela sociedade um indivíduo perigoso, era menos um para incomodar os ditos “cidadãos de bem”. Mineirinho era visto como o ‘outro’, entretanto, Clarice se põe no lugar desse ‘outro’ ao mesmo tempo em que se declara sonsa ao dormir e se sentir salva por uma justiça que ela detesta, mas, que ao mesmo tempo, precisa. Os ‘sonsos essenciais’ somos nós, sociedade, que escolhemos meticulosamente nossos alvos e quem serão eleitos enquanto inimigos em potencial para despejarmos nosso discurso de ódio e ira coletiva. Esses ‘outros’ são considerados anormais, outsiders¹, são estigmatizados e são sobre essas pessoas que pretendo estudar neste trabalho.

Este estudo surgiu a partir de inquietações da minha trajetória de vida acadêmica e pessoal. No ano de 2015, iniciei o Estágio Supervisionado Obrigatório I, componente curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão

¹ Esse conceito será trabalhado no capítulo 1 dessa dissertação.

(CRFMJM) e, a partir desse momento, meus olhos se abriram para um universo totalmente novo, cheio de possibilidades e desafios; a vivência junto ao setor de Serviço Social da instituição acima citada e as leituras e discussões suscitadas nas reuniões de orientação me fizeram despertar para a pesquisa acerca das prisões, famílias de detentos, população carcerária feminina e objetos correlacionados a esse meio.

Ainda no período de Estágio tive a oportunidade de participar enquanto estudante voluntária de iniciação científica (PIVIC/CNPQ) do grupo de pesquisa 'Um estudo sobre as mulheres em situação de cárcere no estado da Paraíba' sendo a principal responsável pelo desenvolvimento do plano de trabalho 'Mulheres fora da lei e da norma: uma análise da questão de gênero e a criminalidade feminina'. A coleta de dados desta pesquisa se deu através de questionário aplicado junto as presas que cumpriam pena na instituição que eu estava estagiando, portanto, o contato com aquele lugar e com as pessoas que nele "habitavam" estava se estreitando, de forma que, em diversos dias, cheguei a permanecer os dois turnos dentro do presídio; pela manhã cumpria a carga horária do estágio e a tarde, aplicava a pesquisa junto às mulheres presas. O Estágio Supervisionado se estendeu por mais um período acadêmico contabilizando um total de 11 meses completos, com uma carga horária de 12 horas semanais, portanto, durante quase um ano estive atrelada àquele espaço, vivendo inúmeras experiências que me fizeram enxergar a vida e as relações sociais de outra forma.

Com o Estágio chegando ao fim, eu precisava decidir qual seria o objeto de estudo que eu iria me debruçar no Trabalho de Conclusão de Curso, então, em uma determinada manhã em que eu estava acompanhando os atendimentos realizados pela Assistente Social juntos aos membros das famílias das detentas, decidi estudar acerca da realidade destas famílias e de como as prisões de suas parentas incidem em suas vidas. Desde então, com o auxílio sempre presente da minha orientadora, selecionei as leituras pertinentes, método de abordagem e instrumento de coleta de dados que seriam essenciais para o andamento da minha monografia. Iniciei as idas ao presídio também aos domingos que são os dias de visita das famílias e apliquei a pesquisa junto a elas.

Terminado todo esse processo, me graduei em Serviço Social pela UFPB com a pretensão de retornar para ingressar no Mestrado. Antes disso, atuei enquanto Assistente Social em uma secretaria de Estado e, para não perder o vínculo com a Universidade, com a pesquisa acadêmica e com meu objeto de estudo, adentrei ao LAPSUS (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública). O LAPSUS é um grupo formado por estudantes de diversos cursos da UFPB e trabalha realizando atividades de pesquisa e extensão sobre sistema prisional, direitos humanos e, sobretudo, junto aos familiares de detentos (as) dos mais diversos estabelecimentos prisionais de João Pessoa. Neste grupo, pude participar de diversas reuniões e discussões que me instigaram a continuar pesquisando acerca da temática prisional e principalmente sobre os atores que possuem sua vida reordenada pela prisão sem ao menos terem cometido crimes, a saber, os familiares das presas.

Sendo assim, no ano de 2018 ingressei no curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) decidida que continuaria estudando acerca das familiares das detentas do único presídio feminino da capital paraibana. De início, eu planejava estudar acerca da estigmatização e a (des) proteção social das famílias das reeducandas do mesmo presídio, no entanto, a partir do começo do mestrado, das leituras e reflexões proporcionadas pelas disciplinas e principalmente pelo GEVSP (Grupo de Estudos sobre Violência e Segurança Pública), decidi continuar pesquisando sobre as famílias, porém, focando nos condicionantes pobreza, raça e gênero. Portanto, a partir daí, continuei a pesquisar sobre a temática que havia escolhido me baseando em diversas obras que são referências neste assunto.

Em ‘Vigiar e Punir: nascimento das prisões’ Foucault (2014) afirma que a prisão surge como o desenvolvimento do modo de produção capitalista visando o ajustamento dos indivíduos a essa nova ordem produtiva, tornando-os dóceis e úteis através de vários mecanismos de disciplinamento de seus corpos. Entretanto, o poder disciplinar da prisão não se restringe ao sujeito que cometeu o delito e se estende as suas famílias de forma que toda a rotina é alterada, há o aumento das despesas financeiras e todo um dispositivo que condiciona a vida dessas pessoas àquela instituição.

O artigo 5º, inciso XLV da Constituição Federal de 1988 diz que

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o valor do patrimônio transferido.

Entretanto, apesar da normativa instituir que a pena abrangerá exclusivamente a pessoa que está presa, na realidade, isso não acontece. Silva e Silva Júnior (2013) conforme a Lei de Execuções Penais (LEP) afirmam que “[...] a pena criminal deve ser de abrangência apenas do indivíduo que a recebeu não sendo permitida sua transferência ou abrangência a outras pessoas”. Observo que essas duas regras estabelecem que a pena deva ser exclusiva de quem cometeu o delito, entretanto, a realidade que se apresenta é totalmente diferente, constituindo uma série de violações de direitos na vida destes. Estas famílias são pobres ou miseráveis, consideradas como lixo humano (BAUMAN, 1999) por não estarem inseridas no processo produtivo nem serem consumidoras, o que as tornam descartáveis para o capitalismo. Além de serem familiares de presas, pobres, são em sua maioria famílias governadas por mulheres negras, o que reforça o estigma e preconceito a partir do gênero e raça, pois, historicamente, esse lugar fora designado aos homens. Portanto, decidi estudar o binômio família e cárcere a partir dos condicionantes de pobreza, raça e gênero por perceber que as pessoas que vivenciam esta relação possuem constantemente seus direitos violados por serem majoritariamente mulheres negras, pobres, periféricas e possuírem uma parenta encarcerada.

De acordo com Gil (2008, p.26) a pesquisa social apresenta-se enquanto um procedimento que irá descortinar e operacionalizar novos saberes fundados na realidade social, a partir do método científico. Com base nesta perspectiva, o objeto desta pesquisa refere-se à análise da realidade das famílias das detentas que cumprem pena ou aguardam julgamento no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM) em João Pessoa/PB, a partir dos condicionantes pobreza, raça e gênero. Importante salientar que, de início, eu planejava pesquisar sobre a estigmatização e a (des) proteção social das famílias das reeducandas deste mesmo presídio, porém, ao decorrer da trajetória no mestrado, das disciplinas, leituras, reflexões e conversas com a orientadora, decidi alterar o foco do trabalho.

O problema desta pesquisa é: de que forma a instituição prisão incide nas vidas das familiares das detentas do CRFMJM? O objetivo geral é analisar a realidade das famílias das detentas a partir dos condicionantes pobreza, raça e gênero. Os objetivos específicos são: Identificar quais violações de direitos humanos sofrem os familiares das detentas, examinar se essas famílias estão inseridas nos serviços, programas e benefícios sociais e investigar quais são as ações desenvolvidas pela Gerência de Ressocialização do Estado para este público.

A presente pesquisa classificou-se como exploratória, de revisão de literatura, documental e foi desenvolvida também a pesquisa de campo. De acordo com Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória possui como pretensão ilustrar um aspecto mais amplo acerca de alguma situação e, em seu escopo, abarca a análise bibliográfica e documental, entrevistas e estudos de caso.

Acerca da pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2003, p. 186) afirmam que

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Ou seja, para o desenvolvimento deste estudo, a pesquisa de campo foi essencial, pois me permitiu um contato mais preciso com o objeto proposto para análise de forma que pude afirmar algumas convicções que eu já tinha a respeito daquela realidade e, principalmente, descobrir outros fatores e possibilidades. O método que utilizei foi o qualitativo e ainda empreguei a observação participante na perspectiva de inserção na realidade de forma a permitir a mudança ocasionada pelo meio (MINAYO, 2009).

Apliquei a pesquisa na parte externa do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM) enquanto as familiares aguardavam para realizar as visitas às suas familiares aos domingos e também às quartas feiras com aqueles que, por algum motivo, não conseguem visitar suas parentas aos domingos. Tive que adotar essa prática também devido o número pequeno de pessoas que visitam suas familiares nos domingos. Ao todo, abordei 8 familiares das presas que estão reclusas no CRFMJM.

A coleta de dados foi feita através da entrevista semiestruturada com os sujeitos. Segundo Minayo (2009, p. 64)

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada pela iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Escolhi a entrevista semiestruturada por perceber que esta modalidade daria mais liberdade ao sujeito entrevistado, para que ele pudesse discorrer para além daquilo que estava sendo indagado. Por fim, o tratamento dos dados foi realizado através da análise de discurso.

Este estudo assume relevância científica e social, pois, pretendo que ele contribua para a produção de conhecimento nesta área e que seja um instrumento para a formulação de Políticas Públicas que visem a efetivação dos direitos humanos dessas famílias de forma a garantir dignidade humana e expectativas futuras.

Desta forma, esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, trarei um debate sobre a influência das ideias eugênicas no Brasil a partir do fim do século XIX e de como essas práticas e discursos serviram para categorizar determinados grupos de indivíduos enquanto perigosos. Para tanto, inicio com uma discussão mais geral acerca da origem da eugenia enquanto ciência e seu alastramento por vários países do mundo. Logo após, abordo acerca da chegada do pensamento eugênico no Brasil, destacando quem foram seus principais expoentes e de como a eugenia serviu para instrumentalizar práticas racistas, reguladoras, higienistas e normalizantes visando um ideal de branquitude para um suposto progresso do país. Deste modo, dialogo com algumas obras e autores a exemplo de Sémelin (2009), Becker (2008), Foucault (2011), Miskolci (2012) dentre outros. Finalizo este capítulo discutindo sobre como se deu a constituição das chamadas “classes perigosas” e a criminalização da pobreza a partir de vários processos sociais no início do século XX.

Dando continuidade, no capítulo dois, discutirei acerca da vida e resistência das mulheres negras, como o poder incide sobre suas vidas através da divisão sexual do trabalho e quais principais violações de direitos as familiares das detentas, que são mulheres negras, sofrem. Iniciarei com um resgate histórico sobre a

escravidão e como as mulheres eram tratadas e se colocavam no front das batalhas para o fim do regime escravocrata. Dando continuidade, farei uma análise acerca da divisão sexual do trabalho enquanto ponto fundamental para estudo das relações de gênero nessa sociedade, focando, sobretudo na realidade das mulheres negras e a forma que o poder perpassa na vida destas. Por fim, examinarei as principais violações de direitos que as familiares de detentas do CRFMJM, que são majoritariamente mulheres negras, pobres e periféricas, enfrentam. Como relatei acima, esta pesquisa também é fruto de provocações que surgiram no percurso da minha vida pessoal. Sou filha de uma mulher negra, pobre, empregada doméstica e que me criou sozinha, sem auxílio de um homem. Minha mãe vez ou outra era vítima de comentários pejorativos e outros que diziam que, para ela ser respeitada e criar bem a sua filha, ela teria que casar e ter uma família dita “estruturada”. Minha mãe, símbolo de força e resistência, sempre trabalhou muito para me manter e constantemente foi discriminada por esta sociedade por criar sua filha sozinha, não ter marido, ser negra e nunca ter casado. Minha mãe fora mais uma vítima de falas e práticas reguladoras, pois, para esta sociedade, ela é uma mulher dita desviante por não se encaixar nos padrões que foram pré-estabelecidos para ela.

No capítulo 3, trarei com detalhes a análise e discussão dos dados da pesquisa de campo. Começo situando a metodologia desta pesquisa, o método que fora utilizado, o instrumento de coleta de dados e a instituição em que as pessoas que participaram deste estudo estão envolvidas. Prossigo relatando sobre minha entrada no campo de pesquisa e todo o processo que tive que passar, tanto institucional quanto pessoal. Após, trarei os dados deste estudo, coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, abordando variáveis como gênero das entrevistadas, nível de escolaridade e renda familiar. Continuarei analisando as falas das entrevistadas quando indagadas acerca de diversas questões como, por exemplo, como é lidar com a sociedade pelo fato de possuir uma parenta encarcerada, como foi descobrir que suas familiares tinham sido presas, como avaliavam suas vidas após a prisão destas parentas, como são os dias de visita na instituição e como é sair da visita. Todos os nomes das mulheres envolvidas nesta pesquisa foram preservados e modificados e, para tanto, escolhi utilizar nomes oriundos da obra ‘Olhos d’água’ (2016) da autora brasileira Conceição Evaristo. Esse livro é composto por diversos contos sobre as vidas de mulheres negras, a

partir da pobreza e violência. Decidi usar os nomes das personagens dessa obra porque suas histórias de vida são muito semelhantes às das mulheres que participaram desta pesquisa.

CAPÍTULO I

1. Ideário de civilidade: a construção de um novo Brasil

*“Madalena chorava
Sua mãe consolava
Dizendo assim
Pobre não tem valor
Pobre é sofredor
E quem ajuda é Senhor do Bonfim”*

(Madalena – Gilberto Gil)

Neste capítulo, tratarei a respeito do nascimento da eugenia enquanto ciência, sua propagação pelo mundo e, principalmente, sua chegada ao Brasil onde se aliou à vontade dos intelectuais e do Estado de construção de uma nova sociedade brasileira, a partir do fim do século XVIII. Para tanto, foi necessário a categorização de determinados grupos de indivíduos enquanto impuros e anormais, as ditas “classes perigosas”. A negritude será o alvo dessas práticas, criminalizando assim os negros, periféricos e todos aqueles que não se encaixam nesse ideal de progresso.

1.1 Gêneses da eugenia

Conforme Guerra (2006. p. 01), Francis Galton criou o termo eugenia em 1883, tornando-se seu precursor e principal expoente. Inspirado nas ideias oriundas do darwinismo social, ele afirmava que, em sociedade, alguns indivíduos eram designados a sucumbir por não conseguirem sobreviver em detrimento de outros. Para Galton, a evolução da raça humana se daria através de casamentos arranjados entre pessoas que, segundo ele, gozavam de “plena integridade física e mental”.

Francis Galton entendia que a eugenia seria a ciência que se preocuparia com a melhoria da raça humana e, para tanto, procederia à identificação dos seres mais bem dotados física e mentalmente, favorecendo seus casamentos (MARQUES, 1994, p. 48).

Dentre as principais ideias difundidas por Galton, destaco o procedimento intitulado “retratos compostos”. Marques (1994, p. 50) traz que, de acordo com esse instrumento, os indivíduos que compartilhavam as mesmas peculiaridades em relação à saúde, comportamento e doença, participariam de uma mesma classe. Essa classificação serviria para interferir na geração e concepção de novas pessoas através de um controle de natalidade: expandir a reprodução daqueles ditos perfeitos e bem dotados e fiscalizar (ou até eliminar) aqueles considerados inaptos e diferentes. Observo então, o nascimento da eugenia, um ramo do conhecimento científico que, através de pressupostos estigmatizantes, racistas e preconceituosos, serviria para determinar quais indivíduos estavam aptos a viver e se reproduzir, e quais àqueles que deveriam ter sua reprodução regulada através de diversos procedimentos controladores.

Entretanto, antes da criação propriamente dita do termo eugenia, pressupostos eugênicos já estavam se instaurando no seio das famílias no século XVIII através do saber médico. Segundo Donzelot (1986, p. 24)

Até a metade do século XVIII, a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres. Simples máquina de reprodução, estas últimas tinham sua própria medicina que era desprezada pela Faculdade e cuja lembrança foi guardada pela tradição através da expressão “remédio de comadre”. O parto, a doença das parturientes, as doenças infantis eram coisa de “comadres”, corporação assimilável às domésticas e às nutrizas que compartilhavam seu saber e o colocavam em prática.

Sendo assim, a medicina se interessou pelas mulheres e crianças e adentrou aos lares das famílias burguesas a partir do momento em que os serviçais foram considerados inimigos em potencial e má influência na criação e educação dos filhos. O objetivo era, através da medicina doméstica, proteger a família burguesa dos costumes da criadagem, transformando a casa em um espaço de controle e vigilância da criança e dos empregados e, nesse sentido, a mulher, a mãe teve um papel fundamental na reorganização e disciplina do lar. Donzelot (1986, p. 26) afirma que a educação recebida em casa iria preparar as crianças para as normas disciplinares da escola ao mesmo tempo em que iria vigiar a educação pública, prezando pela melhoria da higiene nos espaços e protegendo contra as ameaças das ruas. A partir desse discurso, pode-se perceber um viés higienista e moral de

preservação da disciplina da escola e desprezo da cultura das ruas que se apresentava enquanto um perigo eminente.

Sendo assim, Donzelot (1986, p. 26) mostra que essa visão só é válida para algumas famílias, àquelas que pertenciam às classes dominantes. Nas famílias pertencentes às classes populares, as operações se deram de forma diferente, pois, de acordo com os médicos, existiam outras questões mais urgentes como o analfabetismo e principalmente porque as dificuldades enfrentadas por elas eram outras. O objetivo da interferência na vida das famílias das classes populares era constituir ‘vigilâncias diretas’ sobre a conduta e rotina dessas pessoas, impedindo que elas assumissem práticas consideradas imorais como o concubinato e a vagabundagem. O controle era tanto que, em alguns casos, caberia ao Estado determinar àqueles que deveriam ou não se casar. Essa prática chamada de “regime das alianças” tinha o papel de conservar às pessoas que foram selecionadas a casarem com outras pessoas consideradas produtivas para a sociedade de todo e qualquer relacionamento considerado infrutífero e, era necessário também evitar que os indivíduos considerados inúteis alimentassem qualquer vestígio de expectativa de construírem uma família. A partir dessa técnica, os indivíduos ditos desajustados eram encaminhados para instituições² que combinavam as preferências da família e do Estado, pois, objetivavam estabelecer a paz nas casas através da normalização e controle das ações juntamente com a atuação do Estado com àqueles considerados restos familiares (celibatários e menores abandonados). Donzelot (1986, p. 29) inclusive afirma que “O crescimento da polícia no século XVIII se apoia no poder familiar, promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família”. Ou seja, um arquétipo disciplinar é criado para absorver e corrigir a conduta dos indivíduos ditos indesejáveis, inúteis tanto para a família quanto para o Estado, com o objetivo que eles fossem recuperados para que assim a paz voltasse a reinar nas famílias e para que eles pudessem ser produtivos e úteis economicamente.

Como já foi dito acima, foi atribuído à mulher uma função essencial no processo de regulação da casa, da família. De acordo com Donzelot (1986, p. 47) para a mulher da classe burguesa houve apenas uma continuação dos seus ofícios sociais e familiares

² “[...] conventos de preservação, as casas de tolerância e os hospícios de menores abandonados” (DONZELOT, 1986, p. 28).

Ela descobre um domínio de missão, abre para si um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais. Pode, ao mesmo tempo, ser suporte de uma transmissão do patrimônio no interior da família e *instrumento de irradiação cultural no exterior* (DONZELOT, 1986, p. 47).

Já a mulher da classe trabalhadora recebeu atribuições diferentes do seu papel de mãe; a partir de então, sua maior obrigação foi proteger, defender seu lar. Seu trabalho se deu na perspectiva de reduzir a vida social de seu marido e dos seus filhos: “Se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe” (DONZELOT, 1986, p. 46). Ou seja, se ocorresse qualquer desajuste na família popular, a culpada seria a esposa/ mãe. A partir de então, a mulher adquiriu mais uma responsabilidade, a de impedir que os membros da família se desviassem do caminho dito “bom e desejável”.

Com base no que foi explanado a partir de Donzelot (1986), pude perceber que o Estado se apoiou na família para procurar garantir a norma, a ordem pública: nas famílias burguesas, foram introduzidos os médicos para ensinar a medicina doméstica, a disciplina necessária para os filhos e para orientar acerca do perigo que os serviços estavam oferecendo, e nas famílias populares, a intervenção se deu pela fiscalização e moralização dos comportamentos, para que os familiares não sucumbissem às práticas ditas pervertidas e as mulheres exerceram um papel fundamental nesse processo. Os considerados inúteis eram encaminhados para lugares específicos que tinham o objetivo de controlar e regular essas pessoas, para que a paz retornasse aos lares. A partir dessas práticas, posso ver como o Estado introduziu técnicas higienistas nas famílias e na sociedade através do saber médico no século XVIII. Através da regulação dos comportamentos, os indivíduos deveriam se alinhar ao padrão estabelecido como normal e, os que não se encaixavam, eram taxados enquanto desajustados e encaminhados para instituições que possuíam como objetivo ordenar suas condutas para o bom andamento da família e do Estado. Portanto, pude perceber como o saber médico começou a governar a vida da população a partir do que mais tarde seria chamado de eugenia.

A partir da criação do termo eugenia em 1883, as ideias de Galton ressoaram no mundo inteiro. Segundo Guerra (2006, p. 02) nos Estados Unidos, a eugenia que naquele período era considerada “boa e eficaz” para melhoramento da espécie

humana fora transformada em uma eugenia perniciosa vinculada a dizimação reprodutiva dos ditos defeituosos e anormais, que eram as pessoas pobres, negras e as que possuíam alguma doença. Esses indivíduos eram proibidos de casar, esterilizados e, se preciso, mortos. O discurso eugênico nos Estados Unidos também se dirigiu aos imigrantes que eram considerados portadores de doenças hereditárias, inclusive o racismo dos pensadores pioneiros daquela região se direcionava àqueles que não possuíam origem americana, baseados em princípios de pureza e supremacia racial, tendo o preconceito racial sido incorporado depois.

O dirigente do movimento eugênico em terreno norte-americano fora Charles Davenport, responsável pelo Brooklin Institute of Arts and Science, em Long Island. Ele conseguiu instalar uma Estação Biológica Experimental neste lugar e foi quando instaurou a eugenia enquanto ciência. Logo após associou-se às pessoas que cuidavam de animais e sementes que acreditavam que as teorias de Mendel sobre bichos e plantas se aplicaria aos indivíduos em sociedade (GUERRA, 2006. p. 02). Davenport quis estabelecer quem deveria ou não se reproduzir criando o Eugenics Record Office, em 1909, catalogando a genética dos americanos e exigindo que fosse criada uma lei que autorizasse a prevenção das raças ditas anormais.

Para isso, o grupo concluiu que o melhor método seria a esterilização, e o estado de Indiana foi a primeira jurisdição do mundo a introduzir lei de esterilização coercitiva, logo seguido por vários outros estados. Desde o início, porém, o uso de câmaras de gás estava entre as estratégias discutidas para eliminação daqueles considerados indignos de viver (GUERRA, 2006. p. 02).

A partir do que foi dito, pude observar que a designação dos aptos e inaptos para viver em sociedade baseava-se em uma lógica segregacionista velada por um discurso científico. Conforme Foucault (2001, p. 18) discursos que aparentemente parecem estranhos e desordenados podem tornar-se aceitáveis e agradáveis a partir de quem os operacionaliza e pronuncia. Se a pessoa que dispara o discurso possui poder naquela realidade, provavelmente irá convencer as outras pessoas que o que ele fala é verdade, por mais absurdo e irracional que seja. O que estava acontecendo no contexto em voga é que a eugenia estava se disseminando no mundo com uma faceta de bondade, de que essa estratégia seria benéfica para a população e suas futuras gerações, que serviria para aprimoramento da raça humana, porém, o que realmente estava ocorrendo era a gênese de um movimento

totalmente racista e estigmatizante, que visava a supremacia e dominação de um determinado grupo de seres humanos sobre outros.

Um dos momentos mais incisivos na história do movimento eugênico fora sua chegada na Alemanha onde influenciou diversas pessoas e, dentre elas, estava Adolf Hitler, um dos grandes nomes do Nazismo naquele território. Conforme Sémelin (2009, p. 63), os nazistas acreditavam que a pureza da raça estava associada ao padrão de saúde e, portanto, resgataram ideias higienistas que se propagaram na Alemanha e em mais alguns países europeus. Eles consideravam que o sangue germânico e a raça ariana eram superiores, definindo e categorizando os outros como impuros.

De acordo com Guerra (2006, p. 02) na Alemanha, em 1933, fora promulgada uma lei que obrigava determinados grupos de indivíduos a serem esterilizados devido não possuírem as devidas características para serem considerados “perfeitos cidadãos”. Foram planejadas e executadas uma série de ações que legitimavam e institucionalizavam a barbárie e essas técnicas estavam embasadas, mais uma vez, em saberes científicos. Foucault (2005, p. 08) mostra que as circunstâncias sociais, políticas e econômicas formam novos sujeitos de conhecimento e, a partir disso, saber-poder, regimes de verdade. Sobre saber-poder, regimes de verdade, o autor exemplifica a partir da constituição da sociedade do século XIX que ele chama de sociedade disciplinar. Na sociedade disciplinar, os saberes médico-jurídico, a partir das suas técnicas tomadas como verdade, atuaram juntos para a constituição de uma nova racionalidade centrada no indivíduo baseadas no controle, vigilância e correção. Esse poder disciplinar atuará a partir de instituições a exemplo das prisões, escolas e manicômios para regular os indivíduos de forma que a vida das pessoas será controlada e disciplinada para determinados fins. Sendo assim, conforme Foucault (2005), percebi que o saber e o poder possuem uma relação intrínseca e que o saber é instrumento do poder. Cada época irá determinar quais saberes lhes serão funcionais e o poder irá atuar a partir desses saberes. Portanto, percebi que a eugenia emergiu no século XIX, calcada no discurso médico científico que serviu para validá-la enquanto um saber que iria beneficiar a humanidade.

De acordo com Gioppo (1996, p. 168), a eugenia surge na Inglaterra pela influência de Francis Galton que a fundamenta na Teoria Pangenética de Charles Darwin, e essa teoria afirma que as qualidades que foram adquiridas em uma determinada geração seriam transferidas para as sucessivas gerações e daí vem a

base da eugenia, que alegava que os indivíduos que apresentassem características consideradas anormais deveriam ser impedidos de se reproduzir, para que esses atributos não fossem propagados. Observo que a eugenia aparece ancorada nas ciências exatas, sociais e da natureza para atuar na vida social e que, ao longo da história, vidas serão aniquiladas a partir dessas ideias.

A influência das ideias eugênicas se ampliaram e, quando chegaram ao Brasil, serviram perfeitamente para efetivar as práticas que estavam sendo planejadas naquele período.

1.2 Eugenia e a formação de uma nova sociedade brasileira



Figura 1: A Negra, óleo s/ tela, 100 x 81,3 cm. Tarsila do Amaral, 1923.

A intenção de ter posto a pintura acima, criada por Tarsila do Amaral em 1923, foi para mostrar as características de grande parte das pessoas que viviam em nosso país no final do século XIX e que foram alvo das políticas e ações eugenistas implementadas pelo Estado. A população era composta majoritariamente por pessoas negras e a grande aspiração da Elite e dos intelectuais para nosso país naquele momento era o branqueamento dos indivíduos através de diversas ações que visavam o melhoramento da raça do povo brasileiro. Portanto, a eugenia serviu como uma importante e funcional base teórica para exercício desse projeto de poder.

Um dos pensadores pioneiros do movimento eugênico no Brasil foi o médico Raimundo Nina Rodrigues. O pensamento de Nina Rodrigues emergiu contemporâneo a abolição da escravidão (1888) e serviu como embasamento teórico para o projeto de poder que estava sendo construído naquele momento em nosso território. Uma de suas obras mais importantes foram vários artigos publicados em 1890 intitulados “Os mestiços brasileiros” no qual classificou racialmente nosso povo. Conforme Nina Rodrigues (1890), existiam três raças genuínas e superiores que eram a raça branca, a raça negra e a raça vermelha e, portanto, era essencial especificar os indivíduos oriundos dessas raças para que não se misturassem com as ditas raças inferiores, pois, elas apresentavam um grande obstáculo para o avanço do país naquele momento. A mestiçagem simbolizava uma forte ameaça à prevalência do que ele denominou de “sangue branco”. Sendo assim, Nina Rodrigues ao estabelecer quais raças eram inferiores e superiores, também determinou uma hierarquia dentro delas e entre elas, como por exemplo, na raça negra, onde alguns eram melhores e mais bem quistos que outros. Entretanto, dentre todas as raças, o autor destacava sua estima pela raça branca a considerando a melhor, mais pura e o grande ideal a ser atingido.

De acordo com Souza (2008, p. 147), no início do século XX, a imagem internacional do Brasil era a de um país insalubre com uma população degenerada, população essa composta por pessoas mestiças e recém - libertas da escravidão

[...] Totalmente desamparados pelo Estado, cujo sistema governamental era amplamente dominado pelos interesses das oligarquias regionais, esses grupos sociais, juntamente com a população indígena e sertaneja que habitava o interior do Brasil, não eram reconhecidos como cidadãos ou como parte integrante da nação. Para aumentar o dilema, de norte a sul do Brasil um grande número de doenças, principalmente às endemias rurais, flagelava a população, contribuindo sobremaneira para a definição de um quadro acentuatadamente pessimista. Do mesmo modo, a expansão da imigração, o crescimento dos centros urbanos e a industrialização, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, colaboravam para aumentar os problemas sanitários e o temor de novas epidemias, como a febre amarela, a peste bubônica, a tuberculose e a varíola (SOUZA, 2008, p. 147).

Ou seja, no imaginário internacional, o Brasil era um país incivilizado e infestado de doenças. Entretanto, os intelectuais e médicos sanitaristas, querendo

se distanciar dessa imagem, justificaram os problemas enfrentados pelo povo a partir das doenças, abandono e isolamento em que muitos viviam. Portanto, com base nas conclusões adquiridas pelos profissionais sanitaristas, as expressões da questão social³ entre o povo brasileiro foram encaradas de outra forma.

Souza (2008, p. 154) diz que, alguns intelectuais do movimento médico-sanitário afirmavam que, para melhorar a qualidade de vida das pessoas e a imagem do Brasil no exterior, seria necessário um conjunto de mudanças sociais e sanitárias. Nesse sentido, a eugenia serviu como uma importante ideia que, aliada ao higienismo, ajudaram a desenvolver e aperfeiçoar as condições de vida no Brasil. Para a efetivação da eugenia em solo brasileiro foi fundamental que houvessem reformas sociais principalmente para combater as chamadas doenças hereditárias, numa perspectiva de higienização. Sendo assim, apoiados nos princípios neolarmackistas de propagação dos caracteres adquiridos, os eugenistas tinham liberdade de intervir sobre a vida social de um modo eficaz, desenvolvendo políticas públicas e implementando uma ordem social moral em nome da hereditariedade.

Conforme Souza (2008, p. 155), a eugenia aliada ao higienismo (ou muitas vezes confundida com ele)

propunham, ainda, várias discussões sobre a legislação matrimonial, exame médico pré-nupcial, educação sexual e controle da natalidade, tendo como objetivo tanto o aperfeiçoamento social quanto biológico das futuras gerações. Neste sentido, a eugenia se constituía também como um importante mecanismo civilizador, capaz de reeducar os hábitos sociais e os comportamentos morais, investindo, por exemplo, sobre as regras de higiene individual e familiar, a educação sexual, a regulamentação sobre o uso do álcool e do tabaco, além do controle da prostituição e da criminalidade.

Portanto, a partir do que foi dito, pode perceber que, para implantação da ciência eugênica no Brasil, foi preciso modificar as condições de vida e saúde da população através de métodos higienizantes. Diversas dessas ações visavam não só melhorar a qualidade de vida nas cidades, mas, principalmente, controlar a conduta dos indivíduos, com o pretexto de que tais ideias eram essenciais para o futuro da nação. Através da instituição de uma norma social, a eugenia serviu para

³ De acordo com Iamamoto e Carvalho “[...] a “questão social” pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, CARVALHO. 1999, p. 27).

regrar comportamentos, ditando o que era certo ou errado, com um discurso de que essas ações seriam necessárias para um bom desenvolvimento das futuras gerações no Brasil.

Segundo Miskolci (2012, p. 22), as ideias eugênicas chegaram a nosso território em um momento oportuno e encontraram terreno fértil para disseminação. No final do século XIX, o desejo dos intelectuais e políticos para a nação brasileira pautava-se nos padrões europeus de Modernidade e civilização, fundamentados em pressupostos eugênicos e, para tanto, precisava-se abandonar o passado colonial e escravista. O ideal de progresso alinhava-se ao ideal de branquitude e a Elite enxergava boa parcela do povo brasileiro, os negros e escravos, como um dos principais obstáculos para esse suposto desenvolvimento.

A fonte de ansiedades, medos ou perigos, estava no povo, esse conjunto heterogêneo que a elite via com temor e, em alguns casos, até com repugnância. A população adquiriu um número em 1872, com a divulgação do primeiro censo brasileiro. Viviam no país cerca de dez milhões de pessoas, das quais, lamentavam influentes políticos e intelectuais, apenas 38% eram brancos (MISKOLCI, 2012. p. 30).

Sendo assim, em solo brasileiro, a eugenia emerge enquanto processo de purificação da raça e um dispositivo de poder. Marques (1994, p. 52) em consonância com Miskolci (2012) afirma que os ideais eugênicos vieram para o nosso país em um período em que os intelectuais se preocupavam com a construção de uma nova nação, baseando-se nos moldes europeus, e de um novo povo brasileiro, higienizado, ordeiro e branco. As discussões acerca da raça e branqueamento da população ocuparam lugar central no projeto para elaboração de um novo Brasil.

Neves (2008, p.242) apresenta alguns dos principais nomes responsáveis pela propagação da eugenia em nosso país e dentre eles destaco Renato Ferraz Kehl (1889-1974) e Octávio Domingues (1897-1972). De acordo com Marques (1994, p. 53), em 15 de janeiro de 1918, Renato Ferraz Kehl juntamente com o professor Arnaldo Vieira de Carvalho fundaram a Sociedade Eugênica de São Paulo.

A Sociedade Eugênica de São Paulo, a exemplo das sociedades eugênicas europeias, também pautava suas atividades por estudos da hereditariedade, pela educação moral, educação higiênica e sexual. A regulamentação dos casamentos era outra tarefa tomada

para si pelos eugenistas assim como a regulamentação da imigração e a sujeição dos indesejáveis (prostitutas, loucos, sífilíticos, tuberculosos, entre outros) (MARQUES, 1994, p. 54).

Na Sociedade Eugênica de São Paulo eram discutidas questões relacionadas à reprodução, higienização e vida sexual do povo brasileiro, a partir de uma perspectiva estigmatizante de categorização de quais indivíduos eram considerados saudáveis e quais indivíduos eram taxados de indesejáveis e designados a se submeterem às ordens do então projeto político em curso. Marques (1994, p. 54) afirma que, para implementação da eugenia em nosso país fora necessário resolver questões básicas de saneamento urbano, portanto, as ideias eugênicas se alinharam aos princípios sanitaristas que alegavam que o Brasil possuía péssimas condições sanitárias nas cidades, que inclusive até afastavam investidores internacionais. Os sanitaristas atribuíram as questões de insalubridade nas cidades às pessoas, realocando uma responsabilidade do Estado para o plano individual. Portanto, como já foi dito, a execução de procedimentos eugênicos no território brasileiro esteve intrinsecamente relacionada ao processo de higienização das cidades.

Conforme Souza (2008, p. 156), as mais importantes campanhas eugênicas foram realizadas entre 1910 e 1920 focando no combate aos lugares considerados impuros, insalubres e às doenças que se espalhavam nas cidades, quais eram: tuberculose, sífilis, ancilostomíase, lepra e malária. Os intelectuais eugênicos também se preocupavam com os chamados “vícios sociais”⁴, pois, os consideravam como principal causa de degeneração. Para eles, os “vícios sociais” e as doenças acima citadas seriam os responsáveis pelo nascimento de crianças consideradas imperfeitas⁵, além de pôr em risco a honra e a moral da família e das suas gerações. Desta forma, observei que a eugenia aliada à higiene interviu nas cidades e na vida das pessoas com um objetivo de limpeza social e de regulação dos hábitos, para que assim as futuras gerações fossem beneficiadas.

Sobre o desenvolvimento da eugenia no Brasil, outro pensador que merece destaque é Octávio Domingues. Acerca deste, de acordo com Stefano e Neves (2007, p. 452), ao contrário de Nina Rodrigues, já citado neste trabalho, Domingues

⁴ [...] o alcoolismo, o tabaco, a morfina e a cocaína (SOUZA, 2008, p. 156).

⁵ [...] “criancinhas” mal geradas, que vinham ao mundo com “toda uma sementeira de atrocidade: cegueira, surdez, chagas, ataques, paralisia, alucinações, angústias, vícios, maldades” (SOUZA, 2008, p. 157).

não via a mistura de raças como prejudicial e maléfica, antes, enxergava a variedade de raças do Brasil como positiva, pois, só assim seria possível pensar gerações diversas no qual haveria a seleção natural. Sendo assim, a diferença crucial entre as abordagens de Raimundo Nina Rodrigues e Octávio Domingues fora que, para um, a mestiçagem era um mal a ser evitado e para outro, um bem a ser atingido.

Nesse período histórico, o que se planejava para os habitantes do Brasil era um verdadeiro massacre. Acerca disso, Semélin (2009, p. 29) destaca que o massacre antes de ser de fato materializado, se constitui a partir de um olhar diferenciado de um ser humano para outro, através de atitudes estigmatizantes que o rebaixe a uma condição de não humano e que neste lugar ele possa ser anulado. O autor designa esse processo como uma operação do espírito, uma matança fragmentada até chegar ao grande ato da morte final e coletiva. Para Sémelin (2009, p. 30), os processos sociais que podem levar a práticas eugênicas estão inscritos em nosso cotidiano e culminam em massacres quando nesse meio há a constituição de bodes expiatórios e o estabelecimento do outro como inimigo, vindo na morte desse outro a solução, o “ato purificador”. Nesse período histórico no Brasil, os negros, pobres foram designados enquanto bodes expiatórios, pois eram vistos como empecilho para o projeto de Modernização e desenvolvimento que se projetara.

Jacques Sémelin (2009, p. 35) afirma que o massacre se inicia a partir da ideia, do imaginário das pessoas a respeito de um determinado grupo ou povo. Nesse contexto, surgem líderes, indivíduos que possuem por função despertar essas emoções e transformar essa angústia coletiva em medo e, a partir desse medo (do outro, do dito inimigo) surge o ódio contra esses “anormais”. Entretanto, para que esses postulados e sentimentos sejam postos em prática é necessário um elemento crucial como declara o autor

[...] um discurso que seja entendido como coerente e verossímil, e, ainda, de natureza a bloquear a angústia dos indivíduos. Esse cimento comum, ligando os indivíduos que querem aderir, é a ideologia. Por meio dela, o imaginário e o real se encaixam. Por “ideologia” entendo um discurso fundado em argumentos, ao mesmo tempo racionais e irracionais, que se constrói contra o “Outro” maligno. (SÉMELIN, 2009, p. 46)

Sendo assim, a ideologia funciona como uma mola propulsora que pode acionar os massacres em determinada realidade social. Geralmente, os discursos ideológicos e totalitários ganham força em situações de crise, se utilizando de elementos comuns daquele povo para fazê-los acreditar que pertencem a uma mesma nação, a uma mesma raça, fortalecendo o nacionalismo e criando uma “carapaça de segurança” (SÉMELIN, 2009, p. 54). Essa noção de superioridade, de soberania de um determinado grupo que se diz e se considera hegemônico se constrói a partir do desprezo do outro considerado diferente.

Conforme Girard (1990, p. 14)

A sociedade procura desviar para uma vítima relativamente indiferente, uma vítima “sacrificável”, uma violência que talvez golpeasse seus próprios membros, que ela pretende proteger a qualquer custo.

Assim sendo, a esses indivíduos considerados bodes expiatórios são direcionados todo tipo de discriminação, preconceito, estigma e violência. Essas pessoas são eleitas pela sociedade com base em práticas eugênicas que reiteram o discurso da limpeza e purificação. Para eles resta a segregação e a eliminação. No fim do século XIX no Brasil, o discurso do extermínio do outro indesejável era difundido por pessoas que detinham poder; as Elites alinhadas com o governo disseminavam a ideologia das classes dominantes de que, aqueles indivíduos que não pertenciam ao ideal de progresso desejado deviam aos poucos serem eliminados.

Como já foi posto, a proposta elitista em voga naquele período era de branqueamento da população e, para isso, foi necessária uma política de incentivo à imigração europeia para forjar uma homogeneidade racial da nação. O ideal de branquitude era o desejo da Elite brasileira para o povo, que enxergava a sociedade do ponto de vista positivista, a partir da eugenia. Os negros, os pobres e os criminosos eram considerados uma ameaça à ordem, anormais e doentes mentais, possuidores de um desvio. A esses “outsiders” eram destinadas técnicas de controle e disciplinamento.

Conforme Becker (2008), outsider representa um indivíduo que transgrede uma regra imposta por determinado grupo social. Nesse contexto, a Elite enxergava

os grupos anteriormente citados enquanto outsiders por estarem fora da normativa imposta naquele momento. Porém, havia também a resistência desses sujeitos ditos desviantes de não querer se moldar àquela aparente ordem.

Sobre desvio, Becker (2008, p.18) apresenta algumas definições cunhadas por alguns estudiosos. Uma concepção trazida por ele é a comparação do desvio com uma doença mental, patologia. Aqui o autor compara a essa definição o comportamento das pessoas homoeróticas que, neste período histórico, eram vistas como desviantes. Para Becker (2008, p. 21), a sociedade cria o desvio a partir do momento que estabelece leis a serem seguidas, ou seja, o desvio seria a consequência das reações das outras pessoas às ações dos desviantes. E para o bom andamento da sociedade, os desviantes precisam se moldar a ordem vigente.

De acordo com Goffman (2008, p. 12), as pessoas criam projeções em suas mentes sobre as outras pessoas (identidade social virtual), porém, quem elas realmente são, chama-se identidade social real. A sociedade forma rótulos e dita o padrão de normalidade em determinado espaço e tempo histórico, logo, os indivíduos que não participam nem comungam dessas características são portadores de um estigma. Por isso que, no desenvolvimento da história, sempre existiram àqueles que as vozes não foram ouvidas e que tiveram a história abafada; a resistência sempre esteve presente e, de antemão, adianto que neste trabalho pretendo atentar e ouvir a história não contada dessas pessoas.

Foucault (2011) inicia sua obra 'Os anormais' abordando um exame psiquiátrico de um indivíduo aparentemente desviante, e a partir deste, tece algumas questões essenciais. Para um criminoso, a punição dispensada pelo aparelho judiciário se dará sobre seu comportamento diferente, considerando o ponto de vista do crime cometido. O exame psiquiátrico irá abordar este feito pela ótica psicológica – moral, com o objetivo de promover cura ao desviante. Porém, observa-se que este indivíduo não possui nenhuma patologia, antes, é totalmente responsável pelos seus atos. Esses sujeitos, objetos dos aparelhos judiciários e psiquiátricos, são os considerados anormais.

Aqui percebo mais uma vez como o poder dos discursos atuam sobre a vida das pessoas transvertidos de uma aparente verdade; o que validam essas falas são quem ou o que os produz. Foucault (2001, p. 18) diz que discursos 'ubuescos'

podem ser transformados em discursos bonitos e aceitáveis a partir de quem os transmitem e indaga qual técnica do poder os instrumentaliza. É o poder de normalização que atravessa a vida social atuando sutilmente sobre os corpos se apoiando em diversas instituições.

Essa emergência do poder de normalização, a maneira como ele se formou, a maneira como se instalou, sem jamais se apoiar numa só instituição, mas pelo jogo que conseguiu estabelecer entre diferentes instituições, estendeu sua soberania em nossa sociedade (FOUCAULT, 2001, p. 32).

Percebo a sutileza desses discursos e de como eles categorizam, encaixam e padronizam corpos ao longo da história com o aparato legal de instituições. Tomo como exemplo a prisão: com um discurso de correção e transformação, o indivíduo passa por processos que o destituem do que ele é, do que aprendeu a ser a partir de sua formação, do que fazia sentido para ele em sua realidade, para seguir as fileiras da normalidade impostas pela Modernidade. E através desses métodos ele passa a crer que aquela de fato é a maneira “certa” de viver. Porém, certo pra quem? E com qual finalidade?

Os dispositivos normalizadores da prisão não se restringem somente à população encarcerada, eles também invadem às vidas dos familiares daqueles que habitam às prisões. Na presente pesquisa desenvolvida neste trabalho, observei o quanto o discurso da norma possui poder na vida das pessoas que visitam suas parentas no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM), em João Pessoa/PB. Para poder visitar sua familiar que está presa, elas têm que cumprir uma série de normas instituídas pelos operadores da prisão: não podem vestir qualquer peça de roupa nem de qualquer cor, antes, só podem adentrar a prisão usando blusas de cores claras e calças leggings também de cores claras, não podem usar sutiãs e sim os chamados tops, não podem usar brincos, colares nem qualquer tipo de bijuteria, sandálias só de cores claras e não podem levar qualquer tipo de comida ou mantimento para seus familiares, existe uma lista pré-determinada do que se pode ou não adentrar ao estabelecimento prisional. Além de todas essas restrições, as mulheres que visitam suas familiares no CRFMJM se queixam dos métodos utilizados na revista íntima vexatória, pois, para muitas, aquele momento representa uma humilhação

[...] Natalina que tem duas filhas presas, falou que tinha coisa que também era demais, que não precisava humilhar tanto, pedir pra agachar e levantar inúmeras vezes. Elas falaram que quando elas entravam lá Jesus ia na frente com a mão dele, protegendo e guardando, que elas só confiavam em Deus pra ajudar elas.

Sendo assim, observo de uma forma prática como o poder dos discursos atuam sobre a vida das pessoas padronizando e normalizando condutas nas mais variadas situações.

A partir dos autores citados até aqui, vejo que, historicamente, houve a tentativa de padronizar a conduta correta a ser seguida, a forma designada excelente para viver em sociedade. Em território brasileiro, essas práticas foram pensadas e executadas, de forma vertical, por pessoas que detinham poder sobre a vida dos demais indivíduos e que visavam a construção de uma sociedade linear, que desconsideravam a subjetividade da sua população e impunham normas coercitivas através de ações e políticas de Estado. O parâmetro dito ideal para o bom desenvolvimento do Brasil naquele período era ser homem, branco, disciplinado e os que fugiam a essa norma eram taxados enquanto desordenados, criminosos, loucos, portadores de alguma doença. A essas pessoas se direcionavam as ações normalizadoras e controladoras de Estado e, nesse sentido, a população brasileira, devido seu caráter heterogêneo, fora em massa alvo dessas práticas.

Nesse período histórico visava-se também regular a sexualidade dos indivíduos. Conforme Foucault (2017) a partir do advento do modo de produção capitalista, o sexo e suas expressões serão restritos a espaços determinados inclusive ao lar e casal conjugal, como exemplificado. Foucault (2017, p. 20) atenta para uma coibição moderna do sexo e à análise das produções de discursos em torno dele. Para seu controle, seria necessário reduzi-lo às palavras, inclusive ao silêncio. Toda essa parafernália proibicionista em volta do sexo provocou uma incitação contrária nas técnicas de poder: falar do sexo tornou-se essencial para melhor geri-lo e controlá-lo. A igreja católica enquanto instituição pela qual o poder circula encurralou o sexo de forma que se deveria confessar para si mesmo e para o outro tudo o que se relacionava a ele, inclusive desde o desejo, de forma que você não seria proprietário de sua própria sexualidade. Portanto, pude observar que, com o advento da Modernidade, o sexo e a sexualidade também foram objetos de controle e regulação por parte de determinadas estruturas pelas quais o poder circula. Uma sexualidade duramente tolhida e administrada de acordo com um

padrão instituído pelos mecanismos de poder, exatamente consonante com o que se projetou para a sociedade brasileira e fora executado no início do século XX.

De acordo com Marques (1994, p. 75)

O sexo, pensado como passível de intervenção por parte do Estado, ocuparia as mentes dos eugenistas durante os anos 20 e 30 no país, sob a aura “purificada e neutra da ciência”. Entre o indivíduo e seu sexo colocar-se-iam as campanhas intervencionistas buscando estabelecer padrões médicos para regulação da sexualidade e da natalidade.

No contexto brasileiro de início do século XX, os intelectuais e médicos eugenistas produziram uma gestão da sexualidade das pessoas de forma que elas não podiam se relacionar sexualmente com quem quisessem, pois, se isso acontecesse, corriam o risco de gerarem filhos indesejados, considerados imperfeitos pela ciência eugênica. Os parceiros sexuais eram bem delimitados através de casamentos arranjados entre aqueles indivíduos considerados perfeitos para reprodução, e àqueles que não eram considerados dignos de se reproduzir pela ciência eugênica tinham sua sexualidade duramente tolhida e administrada pelos profissionais e pelo Estado.

Nessa perspectiva, Richard Miskolci (2012) através de uma lógica foucaultiana, alerta que naquele período estava sendo construído um Estado Biopolítico em nosso país. Sobre Biopolítica, Michel Foucault (1999) define como um poder que atuará sobre a vida do homem – espécie em fenômenos decorrentes como taxa de natalidade, mortalidade e de reprodução visando regular a vida humana e até eliminar os descartáveis para se obter um estado de simetria e harmonia social.

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade, em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Sendo assim, a biopolítica seria uma terminologia de poder que controlaria eventos considerados naturais da vida humana para alcançar um chamado estado de normalização social. Foucault (1999) caracteriza a biopolítica como um poder que

faz viver e deixa morrer e, nesse sentido, enxergo uma estrita relação entre a biopolítica e a eugenia, pois a proposta da ciência eugênica era fazer viver àqueles indivíduos considerados sadios e normais para a reprodução da vida em sociedade através de diversas técnicas, e deixar morrer os outros que seriam dispensáveis, a saber, os ditos loucos, vadios, prostitutas, os negros, todos aqueles que em nada contribuiriam para melhoramento da espécie humana. A biopolítica, através da regulamentação dos processos naturais da vida em sociedade, instrumentalizou a eugenia. Portanto, a eugenia foi o saber e a biopolítica o poder que constituiriam uma verdade que precisou ser inculcada naquele momento na população brasileira para que a segurança biopolítica começasse a regular suas vidas e rotinas.

A constituição de um Estado Biopolítico e a emergência da eugenia no Brasil no início do século XX despertou outro dispositivo de poder que foi o racismo. De acordo com Foucault (1999, p. 304), o racismo

[...] É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.

Sendo assim, o racismo será um instrumento que irá dividir a raça humana, classificando algumas raças como boas e outras raças como inferiores, ditando àqueles que devem viver e àqueles outros que devem morrer. Na realidade brasileira discutida neste trabalho, o racismo foi uma técnica utilizada pelo saber eugênico para selecionar os indivíduos que deviam continuar vivendo e se reproduzindo, pois sua reprodução foi benéfica para a população, e àqueles que tiveram sua existência interrompida pois foram considerados inferiores, impuros e a continuação de suas vidas em nada beneficiaria o povo brasileiro, pelo contrário, iria prejudicar as futuras gerações. Portanto, o racismo aliado ao Estado atuou para a

purificação da raça do povo brasileiro através da tentativa de gradual eliminação daqueles outros seres humanos considerados inferiores.

A partir do que já foi discutido, percebi que a ciência eugênica teve sua atuação no Brasil marcada por procedimentos excludentes, segregacionistas, racistas e estigmatizantes. Através de práticas consideradas benéficas, vidas foram controladas, administradas, reguladas e até aniquiladas em prol das futuras gerações de brasileiros, visando a constituição de uma nova sociedade. Os que não se encaixavam nesse projeto de nação eram classificados como classes perigosas e são sobre eles que irei discutir no próximo tópico.

1.3 Classes perigosas e criminalização da pobreza

Esse povo do século XIX tem o sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem, que tanto incomoda os higienistas, esses primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados (PERROT, 2017, p. 128).

Como já foi dito, no final do século XIX e início do século XX, emergiram no Rio de Janeiro as ideias de eugenia e higienização oriundas de pressupostos racistas e preconceituosos. Liderado por intelectuais da época juntamente com o Estado, esse movimento visou o aperfeiçoamento da raça branca, o controle do povo através de diversas ações e a exclusão chegando até a eliminação das raças ditas inferiores. Objetivou também disciplinar os trabalhadores e limpar os grandes centros urbanos da massa de operários que ali viviam, para livre circulação das Elites e avanço do projeto de Modernização em voga.

Conforme Coimbra (2001, p. 79), os pobres, negros e operários atraídos para as cidades a partir do processo de industrialização foram considerados “classes perigosas”. A eles foram vinculados todos os tipos de vícios e degenerações que advinha “de sua índole preguiçosa e negligente”. A pobreza apareceu como aliada da criminalidade e as atenções se voltaram ao ajustamento dos pobres ao processo produtivo, inserção no mercado de trabalho e disciplina dos seus corpos, pois, a pobreza não combinava com o desejo de nação formulado e projetado naquele período.

De acordo com Gioppo (1996, p. 169), o discurso e as práticas eugenistas e higienizantes serviram, sobretudo, para adestrar os trabalhadores ao padrão de bom operário que era aquele que tinha toda sua vida voltada para o espaço de trabalho, para a fábrica. Essa disciplinarização da mão de obra fabril também atingiu às famílias dos trabalhadores de forma que suas casas e famílias foram igualmente reguladas. A casa operária fora exaltada e houve um deslocamento do público ao privado; as famílias operárias deveriam sentir a importância do seu lar. Essa estratégia facilitou a atuação dos médicos higienistas que penetraram o interior da casa das pessoas, ditando como deveriam se organizar e se portar dentro do seu próprio lar.

Sendo assim, Gioppo (1996, p. 171) afirma que

Em vista dessa disciplinarização, foram construídas vilas operárias próximas às fábricas, como cuidado de que seus funcionários não se atrasassem e tivessem todas as condições necessárias para absorver a inculcação higienista que a fábrica sutilmente impunha. Para eles, era imprescindível modificar aquela criatura tão desprezível – o trabalhador pobre.

Ou seja, as vilas operárias foram idealizadas e construídas especialmente em virtude da própria fábrica, para que os trabalhadores apresentassem maior rendimento e assim produzissem mais. Para melhor controle desses indivíduos, foi necessário tê-los por perto, alocando-os nas vilas operárias que também tinham o intuito de separar esse grupo, os trabalhadores pobres, das elites, de forma que elas não seriam obrigadas a se relacionar com eles.

O saber médico também atuou como um grande aliado da eugenia junto à classe operária aqui no Brasil. De acordo com Marques (1994, p. 60) “A psiquiatria dos anos 30 apresentar-se-á como fecundo terreno para a disciplinarização do homem brasileiro, com especial atenção para o operariado urbano”. As práticas psiquiátricas assumiram um papel importante no controle dos trabalhadores regulando vários aspectos das suas vidas impedindo que eles sucumbissem através dos chamados “venenos sociais”, responsáveis pela degeneração desse público “[...] álcool, a prostituição, a libertinagem, dentre outros”. (MARQUES, 1994, p. 59). Portanto, o saber médico através da psiquiatria também foi usado enquanto instrumento para controlar a vida dos trabalhadores urbanos.

Nas grandes cidades, especificamente no Rio de Janeiro, as pessoas pertencentes ao grupo social considerado classes perigosas habitavam, majoritariamente, em grandes ocupações chamadas cortiços. De acordo com Chalhoub (1990, p. 02), no final do século XIX, foram empreendidas uma série de operações para demolição e extermínio desses lugares. Uma das intervenções mais emblemáticas fora a destruição do mais famoso cortiço carioca, o Cabeça de Porco. O autor relata que foi uma verdadeira operação de guerra que, a mando do então prefeito Barata Ribeiro, reuniu exército, polícia, médicos, engenheiros e demais autoridades locais. A ação caracterizou-se pela sua total brutalidade, pois as autoridades invadiram e puseram a baixo um local em que habitavam cerca de 2.000 pessoas, com o intuito de limpar e por ordem naquele “valhacouto de desordeiros”. Entretanto, sem ter onde morar, os antigos moradores do cortiço Cabeça de Porco se agruparam em morros que existiam próximos às suas antigas instalações. Esse lugar fora chamado de “morro da Favela” e foi considerado uma das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Sidney Chalhoub (1990, p. 04) diz que não houve preocupação por parte das autoridades em acomodar essas pessoas em outros lugares nem por sua qualidade de vida; o objetivo era claro: limpar o centro da cidade daqueles amontoados de pobreza para avanço do ideal de progresso em voga e livre circulação dos ditos “cidadãos de bem”. O autor chama atenção para o fato da violência e truculência que foram utilizadas no episódio do cortiço Cabeça de Porco e me remete sua terrível atualidade, em que diariamente vejo atuações semelhantes a essa, por parte da polícia, exército direcionada àqueles que vivem em locais pobres e que por sua origem e cor da pele já são considerados enquanto inimigos em potencial (bodes expiatórios).

Esse processo não era exclusivo da realidade brasileira; outras cidades do mundo já haviam experimentado situações semelhantes. Conforme Perrot (2017), a Paris do século XIX possuía seu centro habitado por operários que foram atraídos para as cidades a partir do processo de industrialização. Eles utilizavam esse local para circular livremente, morar, vender algumas peças e utilizar como bem entendessem: “A ambição operária se inscreve no coração das cidades. É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar” (PERROT, 2017, p. 124). Porém, as classes dominantes e autoridades locais deflagraram a execução de ações higienistas que faziam parte de uma política urbana geral que visava principalmente

livrar o centro parisiense das ditas classes perigosas, e fizeram isso através da liberação das áreas de circulação e aumento dos aluguéis. Os médicos que incorporavam esse movimento vinculavam a propagação das epidemias urbanas na Cidade Luz aos cortiços que abrigavam inúmeros trabalhadores e, para tanto, propunham o isolamento (nas casas, nas fábricas, nas prisões) como alternativa que contribuiria para eliminação dessas pestes. Entretanto, esse mesmo sentimento não era compartilhado entre os operários parisienses que se recusaram a cumprir qualquer limite que lhes fora imposto e qualquer lei que cerceasse suas liberdades.

Sobre essa questão da disciplina, Foucault (2005) afirma que a centralidade da sociedade do século XIX se dará no indivíduo e, portanto, será desenvolvido todo um arquétipo de controle, correção e vigilância a partir de algumas instituições e de micropoderes que regulam os corpos para o bom andamento da sociedade capitalista. Foucault (2005) define este período como a 'Idade da Ortopedia Social' e coloca a figura do Panóptico de Bentham para mostrar que vivemos em uma era onde o panoptismo se instaurou. No capitalismo vigora o panoptismo social através do que ele chama de instituições de sequestro (fábricas, hospitais, escolas, manicômios, prisões) que possuem o propósito de modelar e corrigir o corpo humano para que se encaixe nas formas de produção. Esse saber – poder estará presente na racionalidade do século XIX e atuará sobre os indivíduos de forma minuciosa para adestrar os corpos.

Na realidade brasileira, o fato de ser pobre já classificava o indivíduo enquanto perigoso e criminoso em potencial e, em um contexto pós abolição da escravidão, as suspeitas aumentavam ainda mais sobre os negros. O discurso do deputado Mac- Dowell trazido por Chalhoub (1990) exemplifica bem isso: "Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para outro transformar o que está na natureza". Observo que, de acordo com essa fala, o deputado atribuiu ao fato de ser negro ser possuídos de vícios; para ele era algo vinculado a natureza do ser negro e, portanto, imutável.

Através do que foi delineado até aqui, percebi como se davam as estratégias para construção de um "novo Brasil": posturas estigmatizantes, preconceituosas que, calcadas em discursos científicos, desenrolaram práticas dizimadoras do povo, visto enquanto obstáculo nesse contexto. Uma das técnicas mais fortes

desencadeadas pelos médicos e intelectuais higienistas dessa época foram as ações higienistas.

A ideologia da Higiene, como coloca Chalhoub (1990, p. 15) inicialmente vinculou-se a fiscalização das habitações por questão de saúde pública, entretanto, o autor alerta para uma questão importante: os sanitaristas da época desconsideravam questões salutareas para a saúde dos trabalhadores como, por exemplo, a nutrição, expediente no trabalho e em que condições essas pessoas trabalhavam, focando apenas na suposta limpeza dos locais em que eles moravam. À época, várias epidemias rondavam o Rio de Janeiro entre elas a febre amarela e a varíola, porém, não eram essas endemias que mais faziam vítimas e sim a chamada tísica, que hoje conhecemos por tuberculose, que estava vinculada as más condições de trabalho.

Nesse sentido, a moderna prática da “gestão científica” da cidade escolhia cuidadosamente seus beneficiários – isto é, tomava suas decisões políticas-, e entendia que o saneamento e as transformações urbanas não precisavam ter grandes compromissos com a melhoria das condições de vida de uma massa enorme de pessoas: os negros, esses suspeitos preferenciais, membros por excelência das “classes perigosas. De passagem, os cientistas-administradores davam prioridade exatamente à erradicação das doenças que mais dificultavam não apenas a entrada de imigrantes europeus, mas também o investimento no país de capitais provenientes do exterior. (CHALHOUB, 1990, p. 21,22).

Ou seja, as práticas higienistas visavam a limpeza total dos grandes centros urbanos para avanço dos ideais de um novo país, ignorando a real necessidade dos trabalhadores e população que ocupavam a cidade. Essas ações se caracterizaram por serem truculentas e autoritárias tanto que, em novembro de 1904, eclodiu no Rio de Janeiro a Revolta da Vacina, manifestação popular contra a obrigatoriedade da vacinação para erradicação da varíola, instituída pelo médico Oswaldo Cruz, a mando do então presidente Rodrigues Alves. O maior motivo da revolta da população fora justamente a violência que fora empreendida para vacinar as pessoas, invadindo suas casas e as imunizando a força. Porém, para os governantes, intelectuais e Elites da época, atitudes como essa eram necessárias para a construção de um novo Brasil moderno e republicano.

De acordo com Coimbra (2001, p. 88,89)

Em especial, a “degradação moral” é associada à pobreza, pois esta, com seus vícios, não condiz com o ideal de Nação que se pretende formular à época. Essa “degradação moral” é vista como uma epidemia cujo contágio é considerado inevitável, pois está presente nas famílias pobres e coloca sob ameaça toda à sociedade.

Observo a comparação da pobreza com uma doença contagiosa capaz de espalhar seus males a toda sociedade inclusive aos membros de suas famílias. Sobre isso, Cecília Coimbra (2001) critica Morel pela sua teoria da “degenerescência”. Essa teoria afirma que as pessoas que vêm de boas famílias são inclinadas naturalmente para as virtudes ao contrário dos oriundos dos pobres que são essencialmente “portadores de degenerescência”. Percebo que discursos como se esses ainda se fazem presente de forma feroz em nossa realidade. Comumente ouço que, os filhos que praticam crimes, por exemplo tiveram seus pais como modelos ou uma família que não lhes ofereceu uma boa formação. Conforme o senso comum, o crime é geracional assim como a pobreza.

Rizzini (1997) também critica a teoria da degenerescência, pois, essa teoria diz que, entres os pobres existem os “pobres dignos” e os “pobres viciosos”. Os “pobres dignos” são aqueles que trabalham, possuem religião e família “estruturada”. Seus filhos precisam se distanciar das ruas, ambiente considerado vicioso, para não se perderem. Seus valores devem ser fortificados, pois, por estarem em um ambiente propício à degeneração, podem adquirir doenças ou vícios. Os “pobres viciosos” são aqueles que não trabalham, antes, são delinquentes, maus pais e vadios. Á eles são direcionadas as medidas corretivas e destacam-se como criminosos em potencial. Á esses dois segmentos são dirigidas a disciplina e a moral. Atualmente ainda observo essa classificação entre os pobres de modo que, muitas vezes, valores como dignidade só é conferido àqueles que estão inseridos no mercado de trabalho; os que estão fora dele ou nele não se encaixam são tidos como vagabundos em potencial, desconsiderando diversos fatores que levam uns a trabalhar e outros não.

Entre o público envolvido nesta pesquisa, poucas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, as que não estão arranjam diversas formas para sobreviver e nem por isso perderam sua dignidade. Elas reclamam que é difícil manter a casa, muitas vezes cuidar dos filhos das suas filhas que se encontram presas e ainda garantir os mantimentos para suprir a necessidade da sua familiar que se encontra

na prisão. Algumas afirmam que as condições de vida pioraram depois que tiveram uma familiar presa, pois, elas ajudavam na renda da casa.

Voltando à realidade da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, Coimbra (2012) afirma que o espaço urbano deveria ser o mais higiênico, ordenado e controlado possível. Para a construção de um novo Rio de Janeiro limpo, organizado e moderno, era essencial eliminar o passado e tudo que remetia à pobreza e suas formas de expressão. As pessoas pobres foram colocadas em outros locais; lugares nocivos “ideais para abrigar este tipo de gente”.

No contexto do século XIX, as ruas e toda sua subjetividade representavam perigo iminente. A vida privada era exaltada e o lar burguês colocado enquanto padrão que permitiria conhecer e vigiar melhor os indivíduos. Para uma cidade controlada, era necessária uma polícia disciplinadora que atuasse sobre os pobres, negros, desempregados ou subempregados: todo o ambiente considerado da criminalidade e desordem naquele período.

A criminalidade ligada à miséria também se manifesta nessa situação, pois as teorias racistas, eugênicas e higienistas condicionam fortemente os estudos criminológicos da época, especialmente quando se identificam os “tipos de comportamento ameaçador” encontrados nas cidades (COIMBRA, 2012, p. 103).

Portanto, a atuação policial também se voltou para os chamados vadios classificados enquanto potenciais criminosos, protegendo a classe média, os ditos “cidadãos de bem”.

A partir do que foi discutido até aqui, de forma mais geral, observo como as ideias eugênicas foram constituídas, se espalharam pelo mundo e influenciaram os intelectuais e o Estado brasileiro no fim do século XIX e início do século XX. Com um objetivo de melhoramento da raça humana, a eugenia foi aceita em diversos países e especificamente no Brasil emergiu em um momento oportuno, em que o Estado e as Elites visavam a construção de um novo país e, para isso, foi necessário deixar para trás tudo e todos que remetessem ao passado (negros, pobres, etc). O ideal de progresso e Modernidade guiou as ações higienistas que foram implementadas de forma que, a partir da eugenia, vidas foram disciplinadas e ajustadas objetivando um protótipo de normalidade que fora instituído. Sendo assim, alguns grupos de pessoas foram taxados enquanto classes perigosas e a elas foram direcionados lugares específicos nas cidades, longe dos grandes centros e da vista

dos ditos perfeitos cidadãos. Portanto, foi desse modo que a eugenia se instaurou e norteou as práticas no Brasil no fim do século XIX e início do século XX.

Na presente pesquisa, os sujeitos envolvidos, que em grande maioria são mulheres, são consideradas classes perigosas, indivíduos que apresentam um risco para a sociedade por possuírem uma parente encarcerada. Essas mulheres são negras, pobres, oriundas de periferia e que enfrentam inúmeras dificuldades para sobreviver. Suas trajetórias são marcadas por muita luta e resistência, bem como as histórias de vida das mulheres negras ao longo da história. Sendo assim, no próximo capítulo, discutirei acerca das vidas das mulheres negras, abordando também a divisão sexual do trabalho e como as relações de poder atravessam suas vidas. A partir dessa discussão mais geral, por fim, tratarei também acerca das principais violações de direitos que as mulheres que visitam suas familiares no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM) enfrentam.

CAPÍTULO II

2.0 Fora da norma: mulheres negras e parentes de detentas

Um dia eu fui visitar minha mãe no trabalho e, no intervalo de suas atividades, enquanto assistíamos a um determinado programa televisivo ela dispara e me indaga: Minha filha, essas mulheres ficam aí nesse programa, sentadas, fofocando da vida dos outros e ganham dinheiro que só. Eu aqui, trabalho tanto e recebo um salário mínimo. Você acha isso justo?

A partir desse diálogo com minha mãe, que é uma mulher negra e trabalhadora doméstica, gostaria de iniciar esse capítulo abordando sobre a realidade das mulheres negras com base em suas trajetórias de força e resistência. Partindo da escravidão, mostrarei como suas vidas eram afetadas por esse regime e as principais estratégias de luta que desenvolveram para romper com as práticas violentas. Logo após, discutirei sobre gênero, divisão sexual do trabalho e as diferenças nas vivências das mulheres brancas e negras a partir das relações de poder. As mulheres negras, que sempre tiveram o trabalho precarizado como marcador fundamental em suas vidas, são mais um público atingido por estratégias de normalização que visam ditar seus comportamentos para que se encaixem no ideal de ‘boas mulheres’. Por último, tratarei acerca da realidade das mulheres que possuem familiares encarceradas no CRFMJM, que em sua maioria são negras, pobres e periféricas, e as principais violações de direitos que sofrem.

2.1 Escravidão e gênero: resgate histórico

Ao longo da história, os corpos das pessoas negras recorrentemente foram vítimas de observação, especulação e estigma. Conforme Paiva (2011, p. 70), antes do século XIV, as visões que alguns pesquisadores registraram acerca dos negros foram elogiosas de forma que descreveram os africanos como, por exemplo, fortes e corajosos e aclamavam a beleza feminina. Porém, os elogios se mesclavam com descrições depreciativas e estas, por sua vez, prevaleciam. Os historiadores e geógrafos que estavam por aquela região menosprezavam a cultura africana, condenando sua forma de vida, os considerando imorais, promíscuos e sem limites sexuais; eles desconsideraram toda a cultura e formação social dos povos daquela localidade e os classificaram como bem entendiam a partir dos seus lugares no

mundo. Acerca da propagação dessa ideia sobre as pessoas negras, Paiva (2011, p. 74) afirma

[...] a imagem de lascivos, sexualmente desregrados e imorais seria, a partir daí, entre europeus e muçulmanos, cada vez mais associada aos africanos, em especial aos negros, e mais tarde atravessaria o Atlântico.

Ou seja, a perspectiva e o olhar que a população europeia e de países muçulmanos tinham dos negros africanos partiu do imaginário que esses pensadores propagaram acerca deles. Conforme o autor já citado, a forma como os negros se expressavam, através de seus corpos, principalmente através da sensualidade, comprometia seus outros costumes e, a partir dessa ideia, no final do século XIX e início do XX, foi fundada a teoria da degenerescência pela mestiçagem biológica, a popularmente conhecida eugenia.

Paiva (2011, p. 76) relata que, com a chegada de diversos escravos oriundos da África no continente europeu, várias imagens se formaram a respeito desse público, sobre sua cultura, suas indumentárias, suas crenças, sua cor. A partir de um olhar cristão branco, os europeus consideraram os negros que ali habitavam enquanto inferiores, demonizando sua cultura, seus corpos, suas vidas. Muitas vezes comparados pelos europeus a criaturas estranhas, a aberrações, essas pessoas foram totalmente estigmatizadas nesse novo território juntamente com seu estilo de vida e tudo que os constituíam e o que tinham trazido do seu país de origem.

No Novo Mundo, os negros africanos seriam escravizados e tratados sem nenhuma humanidade nem dignidade; o tratamento direcionado aos escravos comparava-se ao tratamento dispensado a animais quiçá pior. Existem alguns registros que retratam como era a vida dos escravos nos continentes europeus e americanos, porém, são escassas ou nebulosas as discussões que contemplem a mulher negra e escrava nesse período. Portanto, recorreremos a Angela Davis (2016) para melhor compreender como se deu o papel da mulher negra escrava nesse momento histórico.

Conforme Davis (2016, p. 17)

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.

Davis (2016) afirma, a partir do regime escravocrata americano que, antes de serem mães, donas de casa ou esposas, as mulheres escravas eram trabalhadoras e possuíam jornadas de trabalho semelhantes à dos homens, salvo algumas exceções. Trabalhando de sol a sol nas lavouras, as mulheres negras escravas não podiam viver o período da infância com plenitude, pois, quando a menina negra completava 10 anos de idade já era direcionada ao trabalho pesado; seus períodos de gestação, amamentação, puerpério, nada disso era considerado de forma que a exploração do trabalho era contínua e dolorosa. Para exemplificar tal situação, Eugênio (2010 *apud* Dias, 2013) acerca da condição da mulher negra escrava no Brasil relata que

[...] como uma negra que em tempo de parir havia sido mandada colher café. Porém, sentindo muitas dores, acabou retirando-se para casa com o que tinha colhido à cabeça, quando, no caminho, ocorreu o parto, após o qual desmaiou e, ao despertar, os porcos tinham dilacerado a criança.

Dolorosa e difícil, essa era a realidade que as mulheres negras escravas enfrentavam rotineiramente. Eram presentes também outras formas de explorações sobre a vida das mulheres escravas e a violência de gênero através principalmente da exploração sexual e do estupro fazia parte do cotidiano delas. Muitas eram obrigadas a terem relações sexuais com os chamados ‘capitães do mato’ e principalmente com seus senhores, gerando filhos, na maioria das vezes.

Acerca da realidade brasileira, de acordo com Dias (2013, p. 175) sobre o tráfico de escravas e escravos para o Brasil, o sofrimento das mulheres escravas começava antes mesmo de elas chegarem ao lugar onde sua mão de obra seria de fato utilizada. Durante o trajeto nos navios negreiros, muitas dores eram compartilhadas entre elas que, mesmo estando em um local do transporte que só abrigava mulheres, temiam serem estupradas, além dos açoites constantes e alimentação inadequada. A angústia era tanta que, ao desembarcarem em seus

destinos finais, já haviam passado por uma série de violações, um verdadeiro prenúncio do que estava por vir.

Segundo Davis (2016, p. 20), no contexto americano, as mulheres negras escravas não eram reconhecidas enquanto sexo frágil nem os homens enquanto patriarcas, detentores da família, pois, ambos eram propriedades de seus senhores. Muitos escravocratas estabeleciam a família negra como uma 'estrutura biológica matrilocal' pois não reconheciam a paternidade das crianças filhas das escravas visto que muitos deles eram os pais. Portanto, essa negação em registrar as crianças com os nomes de seus pais acabou gerando entre a própria população escrava uma forma de família em que as mulheres eram protagonistas, uma família matrilinear. Consonante com Davis, Paiva (2011, p. 105) apontando para a vida dos escravos no Brasil afirma que

A família, ao contrário do que se pensou durante muito tempo, foi instituição sólida entre os escravos e libertos. No entanto, na maioria das vezes não teve o mesmo formato da família cristã/européia, o que confundiu muitos estudiosos que não conseguiram vê-la.

Ou seja, devido as circunstâncias históricas e sociais, entre os escravos, tanto na realidade americana quanto na realidade brasileira, a família assumia outra forma, diferente do que era tradicionalmente apresentado. Mesmo com um poder reduzido, pois estavam sobre as ordens dos seus senhores, o poderio feminino imperava nessas famílias. Entretanto, Davis (2016) afirma que, muitas vezes a matricialidade entre as famílias escravas era forçada devido a separação de diversas famílias através da venda de vários membros para outros senhores e propriedades, o que gerava ainda mais sofrimento para essas mulheres e seus parentes.

Davis (2016), mais uma vez falando a partir do território americano, chama a atenção para a vida doméstica dos escravos pelo fato de que, nesse ambiente, era possível divisão de tarefas, troca de afetos, tratar o outro com dignidade: nesse lugar era possível que eles se tratassem como gente, como pessoas de carne e osso. A autora também alerta para o fato de que a divisão do trabalho entre os escravos muitas vezes não se configurava enquanto opressora, um trabalho não se sobrepunha a outro, ambos eram essenciais naquele espaço. Através dessas

expressões, as famílias escravas construíam resistências em um cotidiano de tanta hostilidade e violência.

No continente americano, as mulheres se colocavam enquanto iguais aos homens também a partir da resistência à escravidão de forma forte e aguerrida. Conforme Davis (2016, p. 31) as mulheres “resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões”. As mulheres escravas mostravam-se enquanto protagonistas e lideranças nas fugas e movimentos contra a imposição dos horrores da escravidão de forma que poucas aceitavam e se resignavam a sua condição de escrava. Dias (2013) afirma que, em solo brasileiro, dentre os diversos métodos encontrados pelas mulheres para resistir à escravidão estavam a religião e a magia. As escravas recorriam à sua espiritualidade e costumes africanos para invocar os deuses através de plantas que as conectavam com o divino. As mulheres mais velhas exerciam a função de curandeiras e feiticeiras e passavam adiante essa tradição. A autora cita que, umas das preces mais rogadas das escravas para os deuses eram para que eles agissem as protegendo da violência dos ‘capitães do mato’, dos estupros comumente cometidos, para auxílio em suas saúdes e para aquisição de alimentos para suas crianças mais novas. Seus senhores temiam a eminente ameaça de serem envenenados e ordenavam aos seus empregados que, ao suspeitarem de qualquer sinal de que as vidas de seus senhores corriam risco, aplicassem severos castigos. Dias (2013, p. 179) traz um exemplo de punições que foram empregadas às escravas que atentavam contra a vida de seus senhores através de feitiçaria no Brasil

Em 1865, numa fazenda em Campinas, a escrava Rosaura, acusada de feitiçaria, foi acorrentada à mesa de escolher café e açoitada até a morte. Na mesma época, mais três escravas da mesma fazenda, Joana, Verônica e Lourença, também acusadas de feitiçaria, morreram açoitadas pelo feitor.

Em um contexto de total opressão e violência, as formas de resistência adotadas pelas escravas cumpriam um papel importante na construção de métodos eficazes para libertação dos escravos.

A partir do que foi discutido, pude visualizar como era a realidade das mulheres negras durante o período da escravidão tanto em terras americanas

quanto no Brasil. As dores eram muitas, o trabalho pesado, porém, as formas de resistência que foram criadas auxiliavam a amenizar as dificuldades nesse contexto. Sendo assim, observo que a vida das mulheres negras em muito se diferencia das mulheres brancas e, historicamente, essas diferenças apareceram de diversas formas e uma delas foi através da divisão sexual do trabalho.

2.2 Gênero e divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho é um eixo importante, quiçá indispensável, para análise da construção das relações de gênero em nossa sociedade. Historicamente, o espaço doméstico fora destinado às mulheres; o cuidado dos filhos e do lar foram designados por excelência como competência de mulher (BIROLI, 2018) o que as restringiu durante bastante tempo a esse local. Com o advento das lutas feministas e de pautas sobre a mulher no mercado de trabalho, alguns segmentos de mulheres conseguiram ascender nos seus postos, o que é uma conquista considerável visto que outrora isso não era possível. Porém, existe uma parcela considerável de mulheres que exercem trabalhos precarizados e subalternos sendo elas negras e pobres evidenciando o quanto a classe e a raça influenciam nesta discussão.

A responsabilização das mulheres pelos serviços de casa e criação dos filhos, desempenhando um trabalho não remunerado isentam os homens dessa incumbência, deixando-os livres para exercer o trabalho remunerado e a cidadania no espaço público. O exercício de cidadania das mulheres é condicionado aos trabalhos domésticos e essa relação é definida pelo casamento, ocasionando a exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Uma informação importante trazida por Biroli (2018) é que essa exploração vai além do casamento de forma que, quando ocorre o divórcio, as mulheres ainda permanecem como principais responsáveis pelos filhos (salvo raras exceções) limitando a vivência de outras áreas importantes de suas vidas evidenciando o 'caráter sistêmico e institucionalizado da opressão' de modo que o matrimônio se apresenta como caminho menos pior.

Desde o momento em que as mulheres adentram ao espaço público, são reconfiguradas as formas de opressão sobre elas, nesses ambientes que ainda são subordinadas aos homens. Observo nas salas de aula, nos espaços de trabalho, nas plenárias e assembleias de associação de moradores, por exemplo, e nos mais diversos lugares que as mulheres ainda fazem esforços imensos para serem

ouvidas. A autoridade do discurso encontra-se com os homens e o lugar de fala⁶ das mulheres é escanteado. Ser ouvida ainda se constitui enquanto um obstáculo; todo dia nós mulheres lutamos contra essas barreiras que chegam até a parecer intransponíveis. Uma fala o que parece ser simples torna-se, por muitas vezes, custoso.

A partir da divisão sexual do trabalho, que condiciona o feminino e o masculino a determinadas funções sociais, passei a crer que algumas diferenças entre homens e mulheres são naturais quando na verdade são produzidas historicamente através desta sociedade patriarcal que subjulga as mulheres aos homens. Essa divisão incide sobre a vida de todas as mulheres, porém, se manifestam diferentemente nas suas realidades, portanto, para essa discussão, será necessário fazer as devidas ressalvas e colocações. Biroli (2018, p. 36) afirma que

O fato de serem mulheres “pode antecipar algo sobre as restrições e expectativas” que se apresentem, mas é justamente porque as mulheres não estão sempre em desvantagem que a generalização da posição de algumas mulheres foi denunciada como forma de tornar invisíveis as experiências de outras mulheres e as relações de poder que as diferenciam.

Para exemplificar, a referida autora traz como exemplo a relação de trabalho e de como ela se apresenta em diferentes contextos. Para as mulheres negras, o trabalho fora de casa reitera a exploração de classe, pois, para elas são destinados os piores postos com salários ainda mais baixos que os das mulheres brancas. Na vivência das mulheres negras, o mundo doméstico e familiar será o local de refúgio e de libertação desse fardo que a rua lhes impõe. Por isso é importante analisar os diferentes níveis de explorações na vida das mulheres porque, se a emancipação e independência chegaram para algumas através do trabalho remunerado fora de casa, para outras os níveis de exploração se aprofundaram. É por isso que o feminismo deve ser considerado como um movimento plural, transversal e constituído por diversas correntes e perspectivas. Nesse sentido, as relações de

⁶ Para Djamila Ribeiro (2017), lugar de fala é uma questão estrutural; todos tem lugar de fala mas nem todos possuem poder para produzir discursos. Existem grupos historicamente privilegiados que produzem discursos e buscam deslegitimar o discurso do outro, daqueles que não possuem esse poder. Lugar de fala seria então uma forma de dar visibilidade aos discursos que, ao longo da história foram invisibilizados.

poder estão presentes neste campo e para a referida análise, será necessário incluir as diversas realidades nas quais as mulheres estão inseridas.

Sobre o poder, Michel Foucault (1986), afirma que ele não emana especificamente do Estado, nem de uma classe específica: para ele o poder circula, se constitui em rede produzindo saber e verdade. Conforme Maia (1995), Foucault não possui um conceito geral de poder, mas, uma análise capaz de dar conta de seu funcionamento em determinados campos, discursos e épocas. A noção de poder em Foucault abrange o poder disciplinar e o biopoder/ biopolítica e entre esses existem diferenças cruciais. O poder disciplinar é uma tecnologia de poder que irá atuar nos corpos dos indivíduos para o aproveitamento e utilização de suas forças, para torná-los 'dóceis e úteis' ao sistema capitalista. Através de instituições como escolas, hospitais, quartéis e prisões, as pessoas são treinadas a cumprir normas e esse disciplinamento possui como objetivo a obtenção de poder através dos seus corpos. Já o biopoder/biopolítica se diferencia por ser um poder que atua sobre a vida do homem - espécie, da população através de leis e mecanismos reguladores.

Com base nesta análise do poder em Foucault, percebo que o poder atravessa a vida de todas as mulheres se constituindo enquanto um dos motivos que as fazem ocupar ou não determinados espaços. Neste trabalho, foco especificamente na realidade das mulheres que são familiares das detentas que cumprem pena ou aguardam julgamento no CRFMJM, que, majoritariamente são negras, pobres, periféricas e ocupam os piores postos de trabalho.

Estas mulheres enfrentam diversas dificuldades para sobreviver e, quando alguma parenta sua vai presa, elas passam a viver em função do cárcere, tendo suas vidas totalmente reordenadas por essa instituição. O poder disciplinar ultrapassa os muros da prisão e incide sobre essas mulheres que agora terão mais uma responsabilidade acrescentada em suas vidas. É sobre essa realidade que irei discutir no próximo tópico.

2.3 Ser mulher, negra, pobre e familiar de detenta: violações de direitos

As violações aos direitos humanos são intrínsecas ao sistema prisional, pois, desde sua gênese, a prisão apresenta-se enquanto local de reprodução de violências e de tratamento desumano e degradante. Conforme dados do

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), a população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo com 726.000 pessoas presas. Os indivíduos que estão nas prisões possuem um perfil bastante específico: são pobres, negros, oriundos de periferia que se encontram em situação de vulnerabilidade social e é justamente para essas pessoas que a prisão se direciona, elucidando a seletividade penal da justiça no Brasil.

Sobre seletividade penal, Zaffaroni e Pierangeli (2011, p. 73) afirmam que

[...] Há uma clara demonstração de que não somos todos igualmente 'vulneráveis' ao sistema penal, que costuma orientar-se por 'estereótipos' que recolhem os caracteres dos setores marginalizados e humildes, que a criminalização gera fenômeno de rejeição do etiquetado como também daquele que se solidariza ou contata com ele, de forma que a segregação se mantém na sociedade livre. A posterior perseguição por parte das autoridades com rol de suspeitos permanentes incrementa a estigmatização social do criminalizado.

A partir dos autores citados, a seletividade penal seria a capacidade do sistema penal de escolher e determinar àqueles que serão presos e punidos. Há um público específico a quem a prisão se direciona que são pessoas negras, pobres e periféricas. Há uma criminalização em cima dessas pessoas de forma que gera uma estigmatização de que só esses indivíduos são os que cometem crimes, mas não são. Em contrapartida, há grupos privilegiados no qual a prisão nunca incidirá, pessoas que detêm poder inclusive poder financeiro. Sendo assim, a marginalização que muitas pessoas sofrem quando estão livres é reproduzida pelo sistema prisional.

O *Modus Operandi* da prisão não se restringe ao seu espaço e população chegando também na vida dos familiares daqueles que nela cumprem pena ou aguardam julgamento. As famílias das detentas sofrem os efeitos do cárcere de forma que toda sua vida é alterada em detrimento desta instituição. Conforme Foucault (1986), na prisão impera o poder disciplinar que ajusta e regula os corpos dos indivíduos para cumprirem as normas que lhes são designadas e esses mecanismos disciplinares ultrapassam os limites institucionais do cárcere fazendo com que a família também seja partícipe desse processo. Portanto, as violações de direitos também se estendem aos parentes das presas.

Essas famílias caracterizam-se por serem, em sua maioria, famílias enredadas. De acordo com Sarti (2002, p. 33), os pobres se articulam em redes de obrigações, são da 'família aqueles com quem se pode contar' e essa relação define quem pertence ou não a família e não necessariamente os laços sanguíneos. As famílias das presas possuem majoritariamente essa configuração sendo predominantemente chefiadas por mulheres negras, pobres e periféricas formando redes de ajuda mútua para conseguirem sobreviver. Essas mulheres sofrem preconceito e estigma na sociedade por serem as principais responsáveis por suas famílias e parentes de presas.

Sobre estigma, Goffman (2008), coloca que seria uma pré categorização do indivíduo: ainda não o conheço, mas já lhe designo determinadas características e locais.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (GOFFMAN, 2008, p. 13).

Sendo assim, as pessoas estigmatizadas não são aceitas em qualquer ambiente nem no convívio social. A elas são dispensados todo tipo de discriminação.

As questões de gênero acirram os preconceitos sofridos por essas mulheres. Por serem negras e pobres, ocupam os piores postos de trabalho e o fato de estarem inseridas em uma sociedade patriarcal e machista já as rebaixa a uma condição desfavorável aos homens. Agora avaliemos ser mulher, pobre, periférica e familiar de preso (a).

Se ser mulher no Brasil já implica a vivência de uma série de obstáculos e violências, ser mulher, pobre e familiar de preso beira a expressão máxima da vulnerabilidade psicológica e social (TANNUS, SILVA JÚNIOR E OLIVEIRA, 2018, p. 8).

Como já foi discutido, as (os) familiares dos (as) detentos (as) são pessoas pobres ou miseráveis, em estado de vulnerabilidade social e assim como seus parentes encarcerados, são considerados lixo humano (BAUMAN, 1999). Esse é um

dos efeitos da globalização que na sociedade capitalista cria refugos humanos, locais designados especificamente para essas pessoas ‘descartáveis’ que para nada servem neste contexto. Vejo aqui como a vida pode ser reduzida ao poder de consumo, portanto, se você não consome nem preenche os requisitos que esta ordem impõe é automaticamente excluído.

Dentre as inúmeras violações que sofrem as familiares das detentas, as principais, de acordo com Tannus, Silva Júnior e Oliveira (2018) são obstáculos para acesso à justiça, revista íntima e humilhações ligadas à visita íntima. No CRFMJM, identifiquei que dentre as inúmeras violências que o público pesquisado vivencia, essas também são as principais, com o acréscimo da visita social.

2.3.1 Acesso à justiça

Conforme Nascimento (2010), o acesso à justiça no Brasil configura-se como um direito social básico garantido constitucionalmente. Entretanto, o judiciário brasileiro não possui estrutura suficiente para assegurar que toda a população tenha acesso a seus mecanismos e consigam resolver seus problemas judiciais. Nesse sentido, diversas questões estão imbricadas como dificuldades ligadas a questões econômicas, culturais, psicológicas, a falta de conhecimento e lentidão da própria justiça. Pessoas pobres, não alfabetizadas se deparam com diversos obstáculos para acessarem serviços judiciais, muitas desconhecem seus direitos e princípios básicos que garantem que elas sejam atendidas. As familiares das detentas enfrentam tudo isso em seu cotidiano, pois, de acordo com Tannus, Silva Júnior e Oliveira (2018, p. 209), geralmente são responsáveis pelo acompanhamento dos processos de seus parentes presos.

Para aqueles que não possuem condições financeiras de contratar um advogado particular, o Estado brasileiro garante os serviços da Defensoria Pública, entretanto, a morosidade é imensa tanto que famílias em situação de extrema vulnerabilidade social acabam contratando um advogado mesmo sem condições econômicas. Um exemplo é a vagarosidade processual refletida no número de presos provisórios no Brasil, 32,4% do total de encarcerados conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). A seletividade penal do judiciário reflete na criminalização da pobreza que, se uma pessoa de um grupo mais pobre da população comete um delito recebe um tratamento diferenciado

daquele outro que pertence as classes abastardas. Há uma delimitação bem específica sobre quem a justiça incide e manda encarcerar nesse país.

De acordo com Chaves Júnior e Mendes (2009, p. 19,20)

Pode-se dizer, assim, que a função essencial do sistema penal é a de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando-se barreiras à integração dos setores mais baixos e marginalizados do proletariado ao tempo em que surgem os processos marginalizadores.

Os autores afirmam que a prisão age no sentido de reproduzir as assimetrias sociais postas na sociedade livre. A lei penal é seletiva pois não incide da mesma maneira sobre ricos e pobres. Os mesmos autores afirmam que nossa cultura dá um valor extremo à proteção da propriedade privada e incide sobre os comportamentos desviantes das pessoas pertencentes aos grupos considerados classes perigosas.

Conforme Batista (2007, p. 25, 26)

[...] O sistema penal é apresentado como igualitário atingindo igualmente as pessoas em função de suas condutas, quando na verdade seu funcionamento é seletivo, atingindo apenas determinadas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de suas condutas.

Portanto, com base nos autores citados, pude perceber que a atuação do sistema penal⁷ se dá de forma arbitrária, privilegiando uns em detrimento de outros. Sendo assim, não há tanto interesse em acelerar os processos daqueles que já estão na prisão afinal, esse espaço fora justamente construído e designado para eles.

Grande parte das mulheres envolvidas nessa pesquisa possuem advogados particulares. Elas afirmam que gastam quantias enormes para pagar os advogados, que pedem emprestado, mas que preferem utilizar um serviço particular ao invés de aguardar a atuação da Defensoria Pública que, por vezes, é extremamente lenta.

2.3.2 Revista íntima

⁷ Como sistema penal entendo, a partir de Batista (2007, p. 25), que seja a união de três instituições: a instituição policial, a instituição judiciária e a instituição penitenciária.

Outra violação de direitos recorrente nos estabelecimentos prisionais brasileiros apresenta-se no momento da revista íntima nos familiares nos dias de visita. De acordo com a Resolução nº 5 de 28 de agosto de 2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP)

Parágrafo único - A revista pessoal deverá ocorrer mediante uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio-x, *scanner* corporal, dentre outras tecnologias e equipamentos de segurança capazes de identificar armas, explosivos, drogas ou outros objetos ilícitos, ou, excepcionalmente, de forma manual.

Conforme o trecho do documento em tela, a revista íntima pessoal deverá ser feita com o uso de diversos equipamentos disponíveis nas prisões e, a revista manual só poderá ser realizada em situações excepcionais, a partir da fundada suspeita⁸. Ainda conforme essa Resolução, são proibidas a realização de revistas íntimas consideradas vexatórias que podem ser caracterizadas pelos seguintes procedimentos:

- I - desnudamento parcial ou total;
- II - qualquer conduta que implique a introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revista;
- III - uso de cães ou animais farejadores, ainda que treinados para esse fim;
- IV - agachamento ou saltos.

Em 18 de março de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 13.271/2016 que proíbe a realização de revista íntima em funcionárias em seus locais de trabalho e também nas instituições prisionais. E, antes da Resolução do CNPCCP e da Lei Federal exposta, foi promulgada no estado da Paraíba a Lei 6.081 de 18 de abril de 2000 que relata como devem ser realizadas as revistas nas prisões paraibanas.

Art 1º- A revista dos visitantes, necessária à segurança interna dos presídios do estado da Paraíba, será realizada com respeito à dignidade humana e segundo o disposto nesta lei.

⁸ Art. 244 do Código de Processo Penal: a busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

Art 6º § 2º- Realizar-se-á revista íntima somente com expressa autorização do Diretor do Presídio, baseada em forte suspeita, ou em fatores objetivos específicos que indiquem que determinado visitante pretende conduzir ou já conduz algum tipo de arma ou droga em cavidade do corpo.

Como está exposto pelas legislações, a revista realizada nas prisões nos dias de visita deve cumprir determinados parâmetros que possuem como objetivo principal a preservação da dignidade da pessoa humana. Entretanto, esse padrão estabelecido é descumprido em grande parte dos presídios brasileiros no qual muitas vezes são realizadas as revistas íntimas vexatórias. Silva e Moreira (2016, p.9) apontam que

[...] a grande maioria dos procedimentos de revista íntima caracteriza-se pelo desnudamento total do visitante, seguido de movimentos repetitivos, como saltos e agachamentos. Em alguns casos o visitante é instruído a forçar uma tosse. Ademais, há a inspeção de áreas cobertas por pelos e cabelos, que devem ser levantados, bem como a inspeção da boca, onde a língua é projetada para fora, e de áreas íntimas, como seios (embaixo e entre eles) e órgãos genitais (entre as nádegas e orifícios anais e vaginais). Estes últimos são inspecionados através de agachamentos em espelhos posicionados no chão (PEREIRA, 2014, p. 18-19).

Ou seja, a forma de agir da maioria dos funcionários que atuam no sistema prisional no que tange à revista pessoal é bem distinta do que está posto em lei. As revistas que via de regra são executadas definem-se por serem humilhantes e desumanas, e os familiares são obrigados a passarem por tal situação.

No Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM) a realidade não é diferente. As familiares envolvidas nessa pesquisa afirmam que a revista íntima é invasiva e que as agentes penitenciárias mandam elas se despirem, como afirma Ana Davenga

Agora tão com o estopo balaio, viu? Manda tirar a roupa, manda descer calça, manda tudinho, e além do detector aí manda fazer tudo isso? [...] O detector pegou no meu sutiã, você acredita, minha filha? Porque se vier com sutiã não entra. Eu não posso vestir nada aqui que eu tenho problema de coração, eu fico logo cansando, mas eu não tenho nada! Eu sou uma mulher de vergonha, sou uma mulher, graças a Deus [...] eu sempre fui pobre, mas minha mãe soube me criar e me deu educação.

Ana Davenga tem 63 anos, mora no bairro do Geisel em João Pessoa, é hipertensa, possui doença cardíaca e visita regularmente sua filha que está presa. Ana cuida de seus dois netos, filhos de sua filha que se encontra na prisão e sustenta a casa com sua aposentadoria, entretanto, como ela afirmou, o dinheiro é pouco e ela ainda precisa trabalhar por fora, para garantir a manutenção da casa e suprir as necessidades de sua filha no presídio. Ana Davenga disse que ficou sabendo que sua filha tinha sido presa através de um advogado que ela mandou ir na casa de sua mãe. Ela se queixa por não ser contemplada com o valor oriundo do programa Bolsa Família para ajudar nos cuidados dos netos e, que, nos dias que antecedem as visitas, se sente triste, angustiada e ansiosa para rever sua filha. Durante a entrevista, a todo tempo Ana se queixava do tratamento recebido pelos profissionais do presídio no momento da revista; ela se mostrava visivelmente aflita quando via as (os) agentes chegando para trabalhar. Segundo ela, tem alguns que *“cismam mesmo com você”* tornando o processo de revista íntima vexatória ainda mais difícil.

Como foi colocado, Ana Davenga tem 63 anos de idade e possui alguns problemas de saúde. De acordo com o Estatuto do Idoso⁹ (2013, p. 07), Ana é considerada idosa e ainda assim é obrigada a passar por todos os constrangimentos impostos pela revista íntima vexatória. O Estatuto do Idoso, em seu art. 3º diz que é dever de todos, inclusive do Poder Público, zelar pela vida e direitos da pessoa idosa e também pela sua dignidade, entretanto, o que se observa na prisão não é o que está instituído pela legislação. No cárcere, até a pessoa idosa é submetida à tratamentos humilhantes que se assemelham à tortura. Tais atitudes configuram-se enquanto graves violações dos direitos humanos e das leis vigentes e, diante desse quadro, é necessário que o Estado Brasileiro se posicione e tome iniciativas para eliminar esses procedimentos e reduzir os danos nas vidas dessas pessoas.

Como já foi dito, as revistas íntimas que comumente as familiares das presas passam são humilhantes e ferem o princípio da dignidade da pessoa humana exposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição Federal Brasileira de 1988.

⁹ [...] pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (BRASIL, 2013, p. 07).

Art. V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (BRASIL, 2009).

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (BRASIL, 2015).

A revista íntima vexatória coloca os familiares em situação de tortura e descumpre o princípio de pessoalidade da pena¹⁰ que diz que a pena não passará da pessoa do condenado. Através de sua fala, Luamanda exemplificou bem essa situação

Tem umas revistas que elas mandam levantar essa parte aqui pra ver se tem alguma coisa aqui nos seios e passam aquela maquetazinha, né? Pronto. Mas tem umas que faz a gente tirar a calcinha, baixar, fazer assim, se arreganhar... Não, porque, se for tipo, você vai revistar aí revista assim geral, aí tem que ser todas assim, mas não, às vezes é um constrangimento que a gente tem que passar de outras vezes...

Ela ainda relatou acerca do tratamento recebido pela equipe dos profissionais do presídio no momento da revista íntima

Assim, depende da equipe, né? Tem equipes que são maravilhosos, né? Tem equipe que trata a gente igual a animal, trata a gente igual a bandido. É, mas eles tratam a gente, às vezes, igual a bandido, principalmente as mulheres. As mulheres são as pior que tem, trata a gente como cachorro, como se fosse um bando de verme... É, mulher, verdade seja dita!

Luamanda é uma mulher de meia idade que visita sua filha que está reclusa no Presídio Maria Júlia Maranhão. Todos os domingos ela chega por volta das 7:00h da manhã na porta da prisão e aguarda os portões abrirem para poder realizar a visita. Ela disse que o pai de sua filha, seu ex marido, também a visita e ajuda nas despesas de sua filha tem no cárcere. Luamanda se mostrou angustiada por estar ali naquele momento, vivenciando aquela situação, porém, não poupou palavras

¹⁰ Art. 5. XLV- nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido. (BRASIL, 2015).

para contar sobre tudo que fora indagada através da entrevista que compõem essa pesquisa.

A entrevistada afirmou que os agentes penitenciários, principalmente as agentes, tratam as familiares das presas na ocasião da revista como se elas fossem animais, como se também tivessem cometido crimes, entretanto, elas nada fizeram e, infelizmente, têm que passar por esse vexame. Dutra (2008, p. 107) chama esse fenômeno de prisionização. De acordo com esse autor, o conceito de prisionização foi elaborado referindo-se à pessoa que está reclusa e se define por entender que a prisão opera um processo de despojamento do indivíduo, da sua vida antes do cárcere para incorporar a cultura prisional. O referido autor afirma que a prisionização atinge também o familiar do preso

[...] Tal fato se dá porque a Prisão estendeu seu poder aos familiares livres em visitação a reclusos, despersonalizando o Eu originário dos sujeitos livres, para também a eles adaptar uma nova personalidade, a que lhe é inculcada pelo poder prisional (DUTRA, 2008, p. 107).

Sendo assim, o poder da prisão atinge as familiares envolvidas nesta pesquisa a partir do momento em que as obrigam a se submeterem a circunstâncias absurdas que aqui foram ilustradas. Elas tornam-se partícipes no cumprimento da pena da sua familiar encarcerada, porém, elas não cometeram nenhum tipo de infração.

Assim como Luamanda, Salinda também se mostrou incomodada com a revista a que é submetida no Maria Júlia Maranhão e foi franca quando indagada acerca disso

E tira a roupa toda, e é aquela coisa toda, e outra, elas bota assim: olhe, não traga droga não, viu? Quem é que se passa pra trazer drogas? Tem gente que se passa mas eu disse a ela que eu não vou me passar pra isso não, eu tenho um filho pra tomar de conta, tenho dois filhos, né? Então eu jamais vou fazer isso, Deus me livre.

Salinda manifestou indignação por ter que se sujeitar a revista vexatória, inclusive porque, conforme a fala dela, na hora da revista, as agentes ficam insinuando que elas estavam portando drogas para dentro da prisão. Sobre o

transporte de itens para dentro do presídio, Mariath (2008, p. 07), de acordo com a Associação pela Reforma Prisional, afirma que

“[...] no período de dezembro de 2006 a abril de 2007, em um universo de mais de 10.00 (dez mil) visitantes, foram realizadas apenas 03 (três) apreensões com visitas, ou seja, menos de 0,1 % das pessoas foram surpreendidas portando tais objetos.”

Portanto, a partir dos números apresentados, entendo que, grande parte dos objetos proibidos que se encontram dentro das prisões, especificamente no Presídio Maria Júlia Maranhão, não são levados pelas familiares que realizam suas visitas.

As falas das entrevistadas demonstradas acima serviram para ratificar o que já vem sendo dito neste trabalho, que a revista íntima é vexatória, cruel e sub humana. Esse procedimento é mais uma barbárie que a instituição prisão expõe as familiares das detentas, mecanismo que causa danos irreparáveis além de ser uma grave violação de direitos.

2.3.3 Visita social e visita íntima

De acordo com o Art. 41 inciso X da Lei de Execução Penal (1984), a pessoa presa tem direito à “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”. Sendo assim, a visita social é um direito assegurado em legislação e que deve ser cumprido em todos os estabelecimentos prisionais do país, porém, apesar desse direito ser garantido, as realidades das visitas sociais nos presídios masculinos e femininos são bem distintas.

Nos presídios masculinos, as filas para realização das visitas sociais são imensas. Os visitantes, que em sua maioria são mulheres, chegam dias antes e acampam em frente ao presídio como ilustra Cytrynowicz (2019) acerca da situação das mulheres que visitam seus parentes no Complexo Prisional de Itaitinga, no Ceará

Naquele sábado, desde antes do sol nascer, a entrada do complexo prisional de Itaitinga era marcada por um pálido ambiente branco e cinza formado por familiares – em sua maioria mulheres – que viajaram de todos os cantos do estado do Ceará para visitar seus entes queridos que estão encarcerados.

A citação acima mostra a realidade das familiares de presos que estavam prestes a visitar seus parentes na prisão em uma determinada cidade no estado do Ceará e, a realidade local, de João Pessoa/ PB não é muito diferente da que foi acima referida. Em algumas das minhas idas ao campo de pesquisa para coleta de dados aos domingos, desde o trajeto no ônibus eu percebi que grande parte das mulheres que iam visitar seus parentes no presídio se encaminhavam para a instituição masculina e poucas se direcionavam para a prisão feminina. Percebi isso também porque o presídio feminino de João Pessoa está localizado em um complexo prisional que abrigam mais duas penitenciárias: a Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantalice e a Penitenciária Desembargador Sílvia Porto e, sendo assim, eu consegui visualizar uma enorme disparidade visto que, no Presídio Masculino Sílvia Porto, a fila para realização de visitas é imensa, e no Presídio Feminino Maria Júlia Maranhão o número de pessoas para visitarem suas familiares é ínfimo. A fila praticamente inexistente, as poucas pessoas que chegavam para visitar ficavam dispersas aguardando o momento da entrada na prisão.

Para Saldanha, Rufino e Sousa (2018, p. 10), um dos fatores das mulheres receberem menos visitas que os homens na prisão se dá pelo fato da criminalidade feminina ainda ser vista como uma deturpação do que significa ser mulher em nossa sociedade

O abandono das mulheres presas, ocorre em um primeiro momento por seus companheiros e também por seus familiares mais próximos [...] as mulheres encarceradas sofrem com o abandono por parte de seus familiares. Abandono este marcado por preceitos morais envolvendo o feminino, pelos quais a mulher representa a moralidade e religiosidade que se fizeram e ainda se fazem presentes no percurso histórico dos encarceramentos femininos brasileiros.

Ou seja, para a mulher criminosa, considerada uma mulher desviante, a punição vem através da justiça e também da moral. Para essa sociedade, não é normal que uma mulher cometa crimes, pois, quando ela faz isso, está se desvirtuando da sua função que é condicionada principalmente pela religião. Há um estigma social muito forte em cima das mulheres criminosas e esse estigma também é experimentado por suas famílias. As mulheres participantes desta pesquisa afirmaram que sofrem muito preconceito pela sociedade pelo fato de possuírem uma

parenta presa; essa discriminação também é um dos fatores que fazem com que essas famílias não visitem suas familiares no cárcere. As poucas visitas que as detentas recebem são de suas mães, irmãs e filhos porque elas são, em grande escala, abandonadas por aqueles que se diziam seus “companheiros”.

Outro fator que dificulta a realização de visitas das familiares às detentas é a distância de onde elas residem até o estabelecimento prisional, como identifica o Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil (2007, p. 41)

Um dos fatores que inviabilizam a assiduidade das visitas às mulheres presas está relacionado à distância física entre as unidades prisionais e as residências das famílias e amigos das presas. Considerando que o número de unidades prisionais femininas é reduzido dentro do universo de instituições do sistema prisional, deve-se ressaltar a existência de uma concentração da população prisional feminina em poucas unidades as quais, na maioria dos casos, estão muito longe de seus locais de origem, onde residem seus familiares e amigos. A distância associada ao custo financeiro do transporte para efetivar a visita acaba por desincentivar as visitas.

Esse motivo realmente impede que as famílias realizem visitas às suas parentes presas. Lumbiá, uma das mulheres entrevistadas nessa pesquisa, mostrou bem isso. Ela tem 48 anos, possui ensino fundamental incompleto, é viúva e aposentada. Mora com uma filha e mais três netos, ela que sustenta a casa e custeia as despesas da irmã que está presa. Lumbiá é hipertensa, possui um problema na visão, ela não consegue enxergar direito em um dos olhos e mora na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa. Para ela se deslocar do bairro que mora até o presídio, o trajeto é longo, em torno de duas horas. Ela disse que é difícil realizar as visitas devido a distância do lugar que ela mora até o presídio e também porque possui problemas de saúde principalmente a dificuldade para enxergar. Para Lumbiá, o processo de visita social à sua familiar encarcerada torna-se ainda mais custoso.

Como foi colocado, as familiares das detentas enfrentam uma série de dificuldades para visitarem suas parentas reclusas. Destaquei o preconceito e estigma que elas sofrem perante a sociedade por possuírem uma parente mulher presa e a distância entre as localidades que elas moram até o estabelecimento prisional. Apesar de todas as adversidades, essas mulheres ainda visitam suas

familiares; algumas vão um domingo sim, outro não, porém, elas não abandonam sua parenta que está passando por esse momento difícil.

Em relação à visita íntima, França (2013, p. 134) afirma que é “[...] o recebimento do parceiro no ambiente carcerário para um contato mais íntimo, isto é, uma relação sexual”. Silva e Silva Júnior (2013) dizem que até 1999 esse direito não era garantido e foi a partir da Resolução nº 01/1999 do CNPCP que ele passou a ser assegurado aos presos e presas de todo o país.

Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais.

Silva e Silva Júnior (2013) ao analisarem o procedimento de visita íntima nos presídios da Paraíba assinalaram que

Além da falta de boas condições para realização da visita íntima nos estabelecimentos prisionais paraibanos, observa-se também o total descaso do Estado em relação às mulheres visitantes, as quais sofrem constantes violações de seus direitos e dignidade humana, tanto por parte do presídio, como por parte da sociedade, pois a criminalização do indivíduo em cárcere estende aos seus familiares.

Portanto, a visita íntima caracteriza-se como mais um instrumento de violação de direitos das apenadas e seus familiares, dando destaque mais uma vez a questões relacionadas ao gênero, pois as mulheres são as que mais sofrem com esse processo. As dificuldades começam dias antes do processo de visitas: ter que organizar os mantimentos para levar à companheira presa, a revista vexatória e o momento “a sós” com a parceira, sem nenhuma intimidade. É um processo que viola corpo e alma e reduz as pessoas a menos que seres humanos.

Salinda, que tem 29 anos e visita sua companheira que está presa no CRFMJM, afirma que dias antes de realizar a visita íntima ela não se sente bem: *“Eu fico ansiosa e ainda fico triste. Fico ansiosa pra ver ela, né? Mas ainda fico triste porque eu vou embora e deixar ela num lugar desse...”*. Ela afirma também que o processo de revista vexatória nos dias de visita íntima, que no Presídio Maria Júlia Maranhão são nas quartas feiras, ainda é mais doloroso: *“É, na quarta feira é aquele jeito, é humilhação”*.

Nos presídios femininos, o processo de visita íntima é peculiar. Na verdade, esse procedimento nos estabelecimentos prisionais femininos quase inexistente. Conforme o Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil (2007, p. 41) “O abandono das mulheres presas ocorre, em um primeiro momento por seus companheiros, que em pouco tempo estabelecem novas relações afetivas [...]”. Ou seja, as mulheres são praticamente abandonadas por seus “companheiros” o que não acontece quando as mulheres possuem um cônjuge encarcerado, em sua maioria permanecem fiéis os visitando e auxiliando durante todo o período de cumprimento da pena.

Segundo Tannus, Silva Júnior e Oliveira (2018, p. 214), a visita íntima também funciona como um procedimento para garantir a “ordem” nas penitenciárias brasileiras, para que revoltas ou rebeliões não aconteçam, para que os detentos permaneçam dóceis e úteis na prisão. Na realidade do CRFMJM, as visitas íntimas, apesar de serem poucas, também funcionam nessa perspectiva, como um instrumento de controle da população prisional.

Com base na discussão apresentada neste capítulo, pude visualizar que as mulheres negras tiveram suas vidas marcadas pelo sofrimento desde o período da escravidão, porém, não deixaram de construir estratégias de luta e resistência aos sistemas de opressão. O trabalho precário sempre fora um marcador fundamental em suas existências e as relações de poder atravessam suas vidas classificando os lugares que elas devem ou não ocupar. Grande parte dessas mulheres que são negras, pobres e periféricas, possuem familiares encarcerados e essa pesquisa foca especialmente nas mulheres que têm parentas presas no CRFMJM. Essas mulheres possuem suas vidas reordenadas pelo poder disciplinar que impera na prisão e sofrem uma série de violações de direitos, no qual apresentei algumas principais que mais incidem sobre as vidas do público pesquisado que foram: dificuldades de acesso à justiça, visita íntima e visita social e íntima. Essas pessoas que já sofrem estigma e preconceito perante a sociedade por possuir uma familiar do gênero feminino presa, ainda têm que lidar com várias violências dispensadas pelo cárcere e por todo o sistema penal.

Sendo assim, no próximo capítulo, me deterei especificamente na pesquisa de campo que foi realizada com as familiares das detentas que estão presas no

Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM), articulando com dados e bibliografia pertinente que confirmam muitas informações que foram apresentadas neste capítulo.

CAPÍTULO III

3.0 Realidade das mulheres que possuem parentas encarceradas

“Escrever é uma maneira de sangrar.”

(Conceição Evaristo)

Neste capítulo, discutirei especialmente a realidade das mulheres que possuem parentas presas a partir dos dados coletados. Articularei com literatura pertinente bem como com dados oficiais e analisarei os discursos das participantes desta pesquisa.

3.1 Presídio Júlia Maranhão

Realizei a pesquisa de campo junto as familiares das detentas que estão no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM), localizado na Rua Benevuto Gonçalves da Costa– S/Nº – Mangabeira VIII - João Pessoa– PB) que foi fundado em junho de 2000.

Figura 2: Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM)



Registro feito em 07 de agosto de 2019.

A referida unidade está inserida em um complexo prisional nos quais outros presídios também estão localizados a exemplos da Penitenciária Desembargador Sílvio Porto. O CRFMJM possui 25 celas e atualmente abriga 285 reeducandas sendo 99 sentenciadas, 108 provisórias, 45 em regime semi aberto, 33 no regime aberto e ainda 163 em prisão domiciliar, formando um total de 448 detentas¹¹.

No CRFMJM, o corpo funcional é composto por profissionais da área jurídica, administrativa, agentes penitenciários e pelo Programa de Saúde Penitenciário (PSP). O PSP é composto por: 01 Assistente Social, 01 Enfermeira, 01 Psicóloga, 01 Dentista, 01 Médica, 01 Técnica de Enfermagem e 01 Auxiliar em Saúde Bucal. O atendimento desta equipe é diário e geralmente no período da manhã e, como pode-se observar, o número de profissionais é pequeno tendo em vista o contingente populacional da Unidade.

O presídio dispõe de uma sala de aula que é aberta para projetos implantados na instituição como o Pro Jovem¹² e o Projeto de Remição da Pena pela Leitura¹³. Nesta sala, há uma grande quantidade de livros diversos (literatura nacional, internacional, paradidáticos) e as detentas que desejam ler alguma obra, podem ter acesso através do corpo funcional que integra a unidade. No CRFMJM também funcionam diversos trabalhos religiosos voluntários nos quais membros dessas instituições oferecem apoio espiritual e auxiliam inclusive nas atividades do PSP.

Em 2011 foi inaugurado no presídio o projeto 'Castelo de Bonecas' que através da fabricação e costura de bonecas de pano visa reintegração social. O referido projeto é conhecido nacionalmente sendo uma referência nos programas de ressocialização no estado da Paraíba. No ano de 2018 também foi criado o projeto 'Maju para Mulheres' no qual as detentas confeccionam bolsas e algumas peças de roupas (biquíni, por exemplo) dos mais variados modelos para venda.

Na instituição, algumas reeducandas trabalham na limpeza, cozinha e em algumas atividades extras. O "salário" recebido por elas é no valor de R\$ 100,00 muitas vezes ocorrendo o atraso desse pagamento. A LEP (1984) prevê que "Art.

¹¹ Conforme números fornecidos pelo corpo dirigente da instituição em 22 de outubro de 2018.

¹² Ver em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

¹³ Conferir em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79760-remicao-pela-leitura-ja-e-realidade-em-diversos-presidios-brasileiros>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” Percebo então uma infração, pois o valor recebido pelas detentas é inferior ao proposto na lei.

As visitas são realizadas às quartas e domingos sendo nas quartas as visitas íntimas e nos domingos as visitas dos demais familiares. Nas quartas feiras, a direção do presídio abre uma exceção para realização de visitas daqueles familiares que não podem ir aos domingos. Essa visita possui uma duração de, no máximo, 30 minutos e é acompanhada pela Assistente Social.

3.2 A entrada no campo de pesquisa

Para iniciar a pesquisa de campo, foram necessários alguns procedimentos que antecedem essa etapa. Um deles foi a autorização da Gerência de Ressocialização do Estado da Paraíba para realização da pesquisa em prisões e/ou com sujeitos envolvidos com a mesma. Foi exigido uma série de documentos pessoais incluindo inclusive o Projeto de Pesquisa. Providenciei todos e submeti a análise do devido órgão. De início, não recebi um parecer favorável, pois alegou-se que algumas fases da pesquisa não estavam claras, então, sabendo disso, corriji tudo que foi indicado e, mais uma vez, apresentei para apreciação da referida Gerência e finalmente consegui o consentimento através de um termo institucional. Passado esse processo, submeti o Projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB e recebi o parecer favorável do referido órgão, portanto, a partir daí iniciamos as idas ao campo de pesquisa. Entretanto, apesar de termos seguido todas as fases indicadas, algo ainda não estava certo e não era qualquer coisa externa, era subjetivo, era algo dentro de mim.

Embora esta pesquisa fosse uma continuidade do Trabalho realizado para a Conclusão do curso de Serviço Social, como já relatado anteriormente, havia um estranhamento com a realidade proposta para análise, realidade essa já explorada e vivenciada anteriormente por mim, desde os períodos de Estágio Supervisionado. Conforme Minayo (2009, p. 52) “[...] o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta”. Havia uma relação sólida pré – estabelecida com o campo a ser investigado construída através de diversas leituras, produções e vivências com o objeto, porém, nesse momento, um incômodo se instalou e de

início, eu não sabia exatamente de onde ele vinha, só percebia que ele estava lá, colocando amarras e me impossibilitando de começar efetivamente a coleta de dados para posterior análise e diálogo com a bibliografia pertinente.

Apresentei este problema a minha orientadora e juntas dialogamos no sentido de tentar encontrar os motivos que desencadearam esse sentimento de estranhamento. Zaluar (1986, p. 107) indica que a pesquisa de campo é um processo de conhecer o outro conhecendo-se a si mesmo e, a partir daí, tentei identificar qual a origem daquele desconforto, um verdadeiro processo de autoconhecimento. Descobri que o excesso de violência característico do sistema prisional me incomodava, era doloroso pensar que eu ia acordar no domingo, que geralmente é considerado um dia de lazer para muitas pessoas, ir àquele local e ouvir as mais diversas histórias de violações dos direitos humanos das apenadas e de suas famílias. O abuso de autoridade também fora um dos fatores que me causaram o estranhamento, cada relato das parentes das apenadas evidenciavam violências que ocorriam em seu cotidiano e principalmente nos dias de visita na instituição. Outra questão que estava me bloqueando fora o crescimento do discurso violento e de ódio em nossa sociedade, principalmente no período pré e pós-eleições presidenciais em 2018; as pessoas que participaram deste trabalho eram alvos em potencial de declarações e práticas violentas e pensar nas dificuldades e sofrimento que elas estavam passando me incomodava bastante. Entretanto, os prazos estavam se aproximando do fim e eu precisava cumprir as datas propostas. Então, mesmo com algumas questões não resolvidas, que já relatei acima, começaram as idas ao campo.

A proposta inicial era aplicar a pesquisa aos domingos na área externa da instituição, porém, devido às dificuldades para início da pesquisa de campo que já foram apresentadas e ao pequeno número de pessoas que realizam suas visitas aos domingos, decidi também ir ao local nas quartas-feiras. Nas quartas-feiras ocorrem as visitas íntimas e uma visita rápida com acompanhamento da Assistente Social daquelas pessoas que não conseguem ir aos domingos.

A primeira ida ao campo de pesquisa ocorreu no dia 23 de setembro de 2018. Lembro que, desde o sábado, eu me sentia ansiosa e totalmente insegura para ir ao campo de pesquisa de forma que pedi a minha mãe que fosse comigo e me

aguardasse terminar os trabalhos de longe. Então, no domingo pela manhã, saímos de casa cedo e nos dirigimos ao local planejado.

No trajeto, mais precisamente no terminal de integração e no ônibus, fui reconhecendo as mulheres que iam visitar seus companheiros ou suas parentes nos mais diversos presídios da capital paraibana; consegui reconhecer essas pessoas, pois, no período de estágio na instituição prisional, presenciei a Assistente Social recomendar inúmeras vezes que, quem fosse visitar, usasse determinado padrão de roupa e todo um arquétipo que, de certa forma, as diferenciavam das demais pessoas que estavam naquele ambiente. No CRFMJM, as roupas permitidas para adentrar à prisão para realização das visitas são, basicamente: calças leggings, blusas e sandálias de cores claras. Não é permitido usar sutiã, pois, de acordo com as entrevistadas, os profissionais do presídio alegam que o sutiã possui metal de forma que, quando passa o detector de metais na pessoa, o dispositivo identifica. Ao invés do sutiã, as mulheres usam os chamados tops. Não se pode realizar as visitas usando brinco e, em relação a isso, Zaíta falou com indignação: *“Agora me diga o que a gente vai esconder num brinco?”*. Além disso, é proibido também o uso de colares e pulseiras. Acerca das proibições de roupas e artigos para adentrar ao estabelecimento prisional nos dias de visita, procurei e não encontrei nenhuma legislação, resolução ou qualquer outro documento que coloque essas restrições. Sendo assim, pude concluir que todas essas limitações são impostas à margem da lei, de acordo com a administração de cada instituição prisional.

Ainda no caminho para o campo de pesquisa, consegui identificar que as mulheres eram familiares de presos ou presas pelas grandes sacolas com alimentos e produtos que carregavam. Portanto, ao perceber que essas mulheres chegavam e se aglomeravam no terminal de integração, logo identifiquei que elas eram esposas, namoradas, companheiras ou mães de detentos (as).

Finalmente o ônibus chegou e todas nós adentramos nele. Percebi que algumas mulheres não conseguiram assento e foram até seu destino final em pé, com suas sacolas em mãos ou no assoalho do ônibus. Atentei que algumas daquelas bolsas plásticas cheias de mantimentos balançavam a partir do balanço do ônibus e as comidas vazavam, inclusive lembro-me de uma mulher que, ao ver que sua comida tinha saído do recipiente, praguejou o motorista do coletivo e seu

companheiro que estava preso que a estava fazendo passar por aquela situação. Nesse momento, percebi que muitas daquelas mulheres são seres sacrificáveis elegidos pela sociedade, pessoas marginais que tão pouco importa se sofrem ou não, para despejarem toda violência e discurso agressivo, para apaziguar a ira coletiva (Girard, 1990, p. 14). Àquelas mulheres são bodes expiatórios que cotidianamente passam por diversos processos de tortura, indiferença e humilhação.

Chegando ao presídio em que realizaria minha pesquisa, lembro que só uma mulher desceu do ônibus comigo, na mesma parada e as outras seguiram para seus destinos. Aí já podemos perceber uma questão crucial dessa pesquisa: as mulheres presas recebem poucas ou nenhuma visita enquanto os homens que estão detidos têm visitas regulares de suas companheiras. O que acontece é que, como já foi dito no capítulo anterior, por vezes quando as mulheres são presas, elas são abandonadas pelos seus cônjuges, recebendo assistência da mãe, da irmã ou dos filhos. O auxílio por parte dos que se dizem maridos é praticamente inexistente às mulheres presas. Algumas das familiares entrevistadas nessa pesquisa falaram que os parceiros de suas filhas que estavam presas também estavam presos e por isso não conseguiam visitar suas parceiras. Entretanto, a realidade é que de fato os “parceiros” abandonam suas mulheres nas prisões.

Minha intenção nesse primeiro contato com o campo de pesquisa não era já iniciar a aplicação da pesquisa propriamente dita, mas observar e conversar com as mulheres que ali estavam para realizar suas visitas. Ao chegar perto delas, me apresentei enquanto ex-estagiária da instituição, porém, percebi uma certa intimidação e resistência. Sentei perto delas e fui tentando me inserir nas conversas, às vezes fazendo perguntas sutis e tentando ficar atenta para não querer ser vista como igual a elas. Sobre isso, Minayo (2009, p. 75) assinala que

[...] o pesquisador nunca deve buscar ser reconhecido como um igual. O próprio entrevistado espera dele uma diferenciação, uma delimitação do próprio espaço. Embora sem pedantismos, segredos e mistérios. A sua função social lhe pede uma colaboração específica que não é e não pode ser a mera repetição do que observou e do que ouviu nas entrevistas. O pesquisador em qualquer hipótese tem o ônus da compreensão contextualizada e da interpretação.

Ou seja, por mais parecidas que nossas histórias de vida e realidade fossem, eu estava numa posição diferente da delas. Tive que ficar bastante atenta pois, algumas vezes, para o desenrolar da conversa, precisei utilizar estratégias que nos aproximassem. Um exemplo dessas táticas que usei foi a identificação com as familiares que moravam em Santa Rita: eu sempre falava que também morava na cidade e a partir daí, senti que os diálogos fluíam melhor.

Naquele primeiro contato, pude perceber que o campo de pesquisa nada ou pouco mudara desde minha última ida àquele local enquanto pesquisadora, ainda na época do Trabalho de Conclusão de Curso. O fluxo matinal dominical na instituição permanecia praticamente o mesmo: as mulheres chegavam e aguardavam em frente ao portão inicial para realizarem suas visitas, alguns (as) agentes penitenciários saíam dos seus plantões e outros (as) chegavam para cumprirem seus expedientes e, em meio a essa movimentação eu logo percebi um burburinho entre as mulheres que estavam ali para visitarem suas parentas: elas queriam saber quais profissionais estariam responsáveis naquele dia pelo processo de revista íntima e, conforme aqueles trabalhadores entravam e saíam do presídio elas identificaram que naquele dia estavam *‘os piores’*, ou no seu linguajar, *‘só os bons’*. Esse fato despertava total angústia, desconforto e agonia nelas, e expressavam que tinham agentes que não deixavam entrar quase nada do que elas tinham trazido de produtos e mantimentos para suas parentas, que *‘barravam quase tudo’*, *‘que a pessoa já compra no sacrifício e eles vão e barram’*. Percebi que, entre elas são construídas redes de solidariedade pois todas se encontram sob a mesma situação de forma que elas se tornam colegas e amigas, apoiando-se mutuamente umas às outras.

Para a aplicação da pesquisa propriamente dita enfrentei algumas dificuldades quais foram as principais: poucas pessoas que queriam participar da pesquisa como também resistência e desconfiança por parte deles. Tive que me adaptar a essas situações de forma que consegui superar os entraves e dar prosseguimento a coleta de dados. Apliquei as entrevistas apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a cada uma das participantes e gravei todas as falas de forma que consegui realizar a entrevista com 8 pessoas e na transcrição dessas entrevistas, cheguei a 47 páginas de dados brutos.

Importante salientar que não enfrentei nenhuma objeção por parte do corpo dirigente da instituição para aplicação das entrevistas, todos foram muito receptivos inclusive a diretora da referida Unidade. Acredito que o fato de eu já ser conhecida por eles e já ter passado pelo local enquanto estagiária facilitou a comunicação e a interação.

3.3 Construindo uma teia significativa

A seguir, analisarei algumas variáveis dos perfis das familiares entrevistadas à luz de dados oficiais e bibliografia pertinente. Abordarei questões como: gênero das entrevistadas, nível de escolaridade e renda familiar.

3.3.1 Gênero das entrevistadas

Em relação ao gênero das pessoas entrevistadas, o público envolvido nessa pesquisa caracterizam-se por serem mulheres. Conforme o Dr. Drauzio Varella (2017), nos presídios brasileiros, as mulheres são recorrentemente abandonadas recebendo poucas ou nenhuma visitas de seus familiares e, quando são visitadas, são pelas suas mães, irmãs ou filhas, pois os que se diziam “companheiros” (namorados, maridos) as desamparam.

Nesta pesquisa, observei uma questão importante relacionada ao gênero das entrevistadas: uma pessoa declarou que, apesar de biologicamente ser mulher, ela se reconhece como homem.

Eu, assim, as pessoas sabem né? Tem uma mulher aí que disse: ‘você tem que vim com roupa de mulher. Eu disse: Não, eu não uso roupa de mulher, só uso roupa de homem [...] Ai ela disse que tem que vim com tal roupa, não sei o que, ta bom, aí eu venho com essa roupa assim [...] (Salinda).

A partir dessa fala e quando indagada acerca de sua identidade de gênero, observo que Salinda se reconhece enquanto homem. Salinda, que tem 29 anos, casada e possui sua companheira presa, é um homem transexual.

Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem. (JESUS, 2012, p. 08)

Transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico. Isso pode se dar de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos (JESUS, 2012, p. 09).

Portanto, posso concluir que transexuais são aquelas pessoas que não se sentem confortáveis nos corpos que habitam e por isso querem modificá-los para que entrem em harmonia com o que pensam e com a forma que vivem. Essas pessoas enfrentam inúmeros desafios e dentre eles estão o preconceito e intolerância; conforme levantamento realizado pela ONG Transgender Europe (2018), atualmente o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo e desde 2008, dos 2.982 casos registrados por essa organização, 1.238 foram no Brasil, o que equivale a 46,1% das mortes analisadas em 72 países. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) apontaram que, em 2018, 148 mulheres e homens transexuais e travestis foram mortos. São números alarmantes que, em uma conjuntura marcada pelo discurso de ódio e posturas agressivas que o Brasil vivencia, infelizmente tende a crescer.

Os transexuais, através de muitas lutas, conseguiram alguns direitos civis como a alteração do nome social e do gênero no registro civil mesmo sem terem sido submetidos à cirurgia ou tratamentos hormonais sem precisar de autorização judicial, regulamentada em 2018 pelo Supremo Tribunal Federal e a retirada da transexualidade enquanto doença mental da lista da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) também em 2018. As conquistas dos transexuais são valiosas e extremamente importantes, entretanto, um caminho longo ainda precisa ser percorrido para que essas pessoas sejam de fato reconhecidas enquanto cidadãos de direitos em nossa sociedade.

A discriminação apresenta-se enquanto um fato cotidiano na vida destes e a fala de Salinda, quando relata que alguns profissionais do presídio a dizem que ela tem que se vestir como mulher, elucida o preconceito, intolerância e situações que essas pessoas enfrentam. Percebo que há uma tentativa de querer que elas sigam a dita normalidade imposta pela sociedade e, numa instituição tão cruel como a prisão, essas atitudes tornam-se mais uma violência na vida de pessoas que já convivem com tanta hostilidade. Essas pessoas, ou, nesse caso, Salinda, que antes da prisão de sua parenta já vivia uma série de dificuldades por ser transexual, pobre e negra,

agora experimenta outra realidade de sofrimento por ser familiar de detenta e ter que sustentar a família sozinha, pois, sua familiar que antes dividia consigo esses custos, agora encontra-se presa.

3.3.2 Nível de escolaridade e Renda Familiar

Entre o público pesquisado, 3 pessoas possuem ensino fundamental incompleto e 3 pessoas ensino médio completo. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 35% da população brasileira com 14 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental e a maior parte desses indivíduos está concentrada no Norte e Nordeste do país sendo 44,1% no Norte e 38,7% no Nordeste.

O IBGE também verificou que, quanto menor é o nível de instrução, maior é a falta de interesse em voltar a estudar e, um dos motivos é a ausência de condições básicas de sobrevivência e de acesso aos estudos para esse público; 47,7% dos homens e 27,9% das mulheres relataram que a maior causa para que não retornem a escola é o trabalho ou a falta dele. Esses números crescem e se tornam mais agudos em relação à população negra que, segundo o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) de 2018, só um terço dos brasileiros negros, entre 15 e 64 anos são de fato alfabetizados e apenas 12% destes tem acesso ao ensino superior. Essa análise precisa ser interpretada a partir da formação sócio histórica do Brasil, fundado na desigualdade racial e social a partir de diversos processos como a escravidão; há um enorme abismo quando a realidade de negros e brancos são comparadas, pois, historicamente, condições distintas foram oferecidas a ambos os públicos. As diferenças se tornam maiores no tocante às mulheres negras que, segundo dados divulgados pelo IBGE (2018), apenas 10,4% concluem o ensino superior e, as mulheres brancas, 23,5%, uma desigualdade visível.

Sobre a renda familiar, 75% das entrevistadas têm um rendimento familiar de um salário mínimo por mês. De acordo com o IBGE (2019), a renda familiar per capita em nosso país em 2018 ficou entre R\$ 1.373,00 no qual se destacam 13 estados que possuem uma renda domiciliar per capita menor que o salário mínimo estabelecido no ano de 2018 de R\$ 954,00. O estado com maior renda per capita foi

o Distrito Federal, R\$ 2. 460,00 em 2018 e o Maranhão foi o que registrou menor renda per capita, R\$ 605,00 por morador, uma disparidade regional enorme e gritante. Na Paraíba, o valor em média de renda familiar per capita é de R\$ 898,00, menos que um salário mínimo.

A partir dos dados mencionados e em relação com este presente estudo, percebo que o público alvo desta pesquisa é uma pequena amostra da realidade brasileira, pois, grande parte não concluiu o ensino fundamental e sobrevivem com suas famílias com cerca de um salário mínimo por mês. O maior fator de não terem continuado os estudos se dá também pela ausência de oportunidades e por terem iniciado a vida laboral muito cedo para poderem auxiliar no sustento de suas famílias. Por vezes, por não conterem um maior nível de escolaridade e por outra série de fatores, acabam ocupando os piores postos de trabalho e recebendo salários irrisórios que mal dá pra custear as despesas de casa e, quando sua familiar vai presa, essas despesas aumentam porque é menos uma pessoa trabalhando e, por vezes, as mães das detentas se tornam responsáveis pelos seus filhos como relata Ana Davenga quando questionada se houve alguma mudança em sua vida após sua filha ter sido presa:

“A mudança assim, financeiramente, porque quem é assalariado não tem não ganha o suficiente pra comprar as coisas [...] e eu crio mais dois filhos dela. A menina se forma agora em junho, agora nesse semestre. O menino terminou o terceiro ano médio, já ta trabalhando como menor aprendiz é pouquinho, mas dá pra comprar as coisas dele. A minha vida é essa, e eu tenho que trabalhar, e eu ainda trabalho ainda, porque não dá, não dá, a despesa é muito grande, água, luz, telefone, feira, remédio, tudo, e eu tenho a sorte de não pagar aluguel porque a casa é minha, minha casa eu construí com muito sofrimento quando meu velho era vivo”.

Portanto, verifico que essas pessoas sobrevivem com pouco dinheiro chegando a passar necessidades em suas casas visto que as despesas são muitas e ainda precisam sustentar suas familiares que estão presas naquele momento. São vidas marcadas pelas faltas de oportunidades em uma sociedade que já determina os lugares que elas podem ocupar ou não e, para essas pessoas, são destinados trabalhos precarizados e a educação não pode ser prioridade.

3.4 Palavras que fazem sangrar

Nesta seção, analisarei as falas das participantes deste estudo, que são respostas obtidas através de um roteiro de entrevistas semiestruturado e relacionarei com literatura e dados oportunos.

3.4.1 “É difícil... tem dia que não dá nem vontade de eu vim mas eu venho por causa dela, é difícil, é difícil, só sabe quem passa, né? É...”¹⁴

Neste item, pretendo mostrar como as participantes desta pesquisa se sentem em ter uma parente presa e como é lidar com a sociedade pelo fato de possuir uma mulher que é membro de sua família presa.

Eu me sinto, assim, assim, um pouco assim, triste, né? Assim porque as vezes as consequências da vida que vem é muito pesada, né? Sobre nós. Mas o que é que é que eu tenho a dizer? Eu tenho a dizer que eu tenho que ser o que? Uma pessoa forte, forte, não desistir porque ela pode ter errado mas um dia ela pode reconhecer e sair daqui uma pessoa melhor, né? Porque, eu sou uma pessoa evangélica e a palavra de Deus não manda nós abandonar, nenhum dos nossos familiares, seja eles quem for e seja eles o que for, nós temos que ajudar. E então no caso que saia, a gente dá o que? Um conselho. Olhe, faça assim, que daquela forma que você fazia tá errado, faça de outra maneira, não faça mais isso, é, coisa maravilhosa é a liberdade, coisa boa é a liberdade, a gente ser livre, não é? Eu acho que vou apoiá-la, né? Eu vou apoiá-la (Lumbiá).

Pois é, me sinto uma pessoa normal. Não sou menos ou superior do que ninguém. Eu sou o que sou, tenho a minha fidelidade (Ana Davenga).

É difícil... tem dia que não dá nem vontade de eu vim mas eu venho por causa dela, é difícil, é difícil, só sabe quem passa, né? É... (Salinda).

Eu sinto assim, não mal porque, falta de conselho não foi então eu não vou me matar, não vou me matar nem vou me acabar pela pessoa que não tomou meu conselho (Lidiane).

Temos aqui exemplos de discursos das interlocutoras quando indagadas acerca de quais sentimentos residiam nelas pelo fato de possuírem uma parente presa naquele momento. Destas, 95% afirmaram que se sentiam tristes, que é difícil ver uma parente sua em um local desse, que preferiam estar no lugar delas, entretanto, cerca de 5% destas pessoas declararam-se fortes, apegadas com Deus e que se sentem pessoas normais. Percebi que, quando lancei essa indagação, as

¹⁴ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

entrevistadas baixavam a cabeça, seguravam o choro, visivelmente uma postura triste, de desânimo. Essas pessoas enfrentam inúmeras adversidades para estarem prestando auxílio as suas familiares no presídio: dificuldades financeiras, psicológicas, materiais, de toda ordem de forma que, quando chegam à instituição para realizarem suas visitas, já estão esgotadas e ainda tem que se submeter a uma série de processos torturadores que as violam, como por exemplo, a revista íntima vexatória.

Porém, algumas falas nos chamaram atenção como, por exemplo, o discurso de Ana Davenga, elucidado acima. Ela aparentemente apresentava um aspecto forte, de resistência, sentia-se uma pessoa “normal”. Ela, apesar de ser parente de uma pessoa considerada desviante (Becker, 2008), não se sentia diminuída ou inferior, sua aparência demonstrava uma resistência grande, pois, ela revelou que na semana anterior estava muito doente e mesmo assim tinha ido visitar sua filha. Pude perceber que essas pessoas, por viverem uma vida de constantes violações de seus direitos, muitas vezes acabam criando uma carapaça sólida, firme, para poderem enfrentar o cotidiano. Ana Davenga é um exemplo vivo: apesar de tanta dor, não se sentia diminuída por possuir uma parente encarcerada, antes considerava-se “normal” como as demais pessoas na sociedade.

3.4.1.2 “Olham como se a gente seja culpada, tenha culpa, é, varias, é como é que se diz, seja culpada, seja condenada também...”¹⁵

Eu, eu faço o seguinte, né? É, sempre as pessoas, é, diz assim pra mim: Lumbiá, é sua irmã foi presa, e sempre assim, dessas pessoas sabe a motivação, né? Ai o que eu faço? Eu digo assim: Olha, bem, foi presa sim. Pois a minha irmã é, ta nessa situação né? Mas eu creio que um dia ela vai sair dessa. E outra coisa: Que seja dela ou que não seja, pois ela é falha mas o meu Deus é perfeito! Assim, eu digo assim: Jesus é perfeito e pronto, eu não vou recriminar ela não por nada não. Enquanto há vida há esperança (Lumbiá).

O pessoal critica muito... É muita, joga muita pedra, né? Mas eu não vou por ninguém, vou por mim, aquela coisa (Salinda).

Olham como se a gente seja culpada, tenha culpa, é, varias, é, como é que se diz, seja culpada, seja condenada também... (Ana Davenga).

A maioria olha torto, mas se a gente for colocar isso na cabeça a gente não... (Lidiane).

¹⁵ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

Pelas falas das participantes desse estudo, apreendi que não é fácil ser parente de presa em nossa sociedade principalmente pelo fato da familiar e da pessoa que estar presa ser mulher. Ao decorrer da pesquisa, a partir de um olhar criterioso, pude observar uma série de atitudes de pessoas da sociedade que menosprezam as familiares das detentas.

Desde o período em que estagiei no Presídio Feminino Maria Júlia Maranhão, no terminal de integração ou no ônibus quando eu estava me encaminhando para a instituição, ouvia pessoas tecendo comentários a respeito das mulheres que iam visitar seus parentes nos diversos presídios da capital paraibana. *“Como essas mulheres tem coragem de se relacionar com esses homens”, “Mulher de bandido é bandida também”* eram algumas dentre tantas falas direcionadas ao público aqui pesquisado. Conforme Silvestre (2012, p. 29), a partir de etnografia realizada na cidade de Itirapina, localizada a 220 km de São Paulo, os moradores daquela localidade reconheciam e estigmatizavam os familiares dos detentos que iam visitar seus parentes que cumpriam pena na unidade prisional que ali estava localizada.

A estigmatização, neste caso, percorre elementos que vão desde os tipos de roupas e bagagem que este grupo usa e carrega, os tipos de produtos que compra, a forma de comportamento e como se relacionam. Pelas suas falas, os moradores acreditam poder distinguir as visitas pelas suas roupas diferentes e extravagantes, das quais os moradores da cidade não fariam uso [...] (SILVESTRE, 2012, p. 29).

Ou seja, os moradores de Itirapina rejeitavam os familiares que iam realizar suas visitas por eles serem pessoas de fora, outsiders e principalmente por serem parentes de detentos. A partir disso, todas as posturas daquelas pessoas eram hostilizadas; até as roupas que elas usavam e os produtos que compravam. Logo pude enxergar uma semelhança com a realidade ora pesquisada, pois, muitas pessoas consideradas “normais” tratavam e tratam com desprezo as familiares das detentas devido ao fato de possuírem uma parenta encarcerada e com base nisso, elencam algumas características que possam rebaixar essas pessoas, como por exemplo, algumas vezes quando eu estava no ônibus ouvi pessoas falando sobre os gestos, as formas de se expressar, as roupas e as sacolas das familiares.

Nesse mesmo trajeto, também ouvi pelas mulheres que iam realizar suas visitas que, na volta pra casa, grande parte dos motoristas dos ônibus não paravam para elas, simplesmente ignoravam e passavam direto e isso era uma atitude recorrente. Diversas vezes no ônibus também dialoguei com parentes de detentos e detentas que me relatavam o quanto é difícil e doloroso passar por todo esse processo para poder visitar o membro da sua família que está detido; por vezes segurei as sacolas dessas pessoas de forma que em alguns momentos até fui confundida com quem também ia visitar.

3.4.2 “A pessoa não acredita, né? De cara a pessoa não acredita, fica abatido, não acredita, não dá, fica meio abatido, né?”¹⁶

Nesta seção, irei discutir como foi para as familiares descobrirem que suas parentas estavam presas e como elas avaliam suas vidas após a prisão dessas familiares.

Senti um choque muito grande... Senti um choque muito grande que ela é mãe de família... ela tem dois filhos a qual veve com ela, tem o marido preso... (Lumbiá).

Ela mandou um advogado na minha casa, o advogado chegou lá me pedindo 3.000, pegar roupa pra ela, isso num dia de domingo, eu tava almoçando, ai eu disse: Meu amigo, eu não tenho dinheiro não! (Ana Davenga).

[...] ela foi presa em casa mesmo, numa discussão com a menina, ai a menina veio dar nela, veio furar ela e ai ela furou a menina, legítima defesa, né? (Salinda).

[...] Eu soube na ... numa reportagem no televisão [...] ai mandaram pra mim pelo zap, mandaram um zap pra mim dizendo que ela tava presa. Nesse momento eu tava trabalhando, aí mandaram avisar a mim pelo zap que ela tava presa, uma amiga dela mandou avisar a mim que ela tava presa (Lidiane).

A partir dos discursos acima, pude identificar como fora difícil para o público pesquisado descobrir que suas familiares estavam presas. De início, houve um impacto, como relata Lumbiá “*um choque muito grande*”. Elas estavam seguindo normalmente suas vidas quando, de repente, receberam a notícia através de advogados ou até mesmo por algum jornal televisivo ou pelo WhatsApp, como relatou Lidiane que tem 51 anos e visita sua filha que está presa. Lidiane mora em

¹⁶ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

Timbaúba, uma cidade que fica em Pernambuco, estado vizinho da Paraíba. Ela disse que não visita regularmente sua filha justamente pelo fato de morar distante e não ter condições financeiras de se deslocar todos os domingos para realizar a visita. Lidiane disse que sua filha que está presa é pessoa com deficiência e que antes da prisão ela fazia tratamento na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD) que é uma instituição criada pelo Governo do Estado da Paraíba para atender as pessoas com deficiência. Ela ainda falou que possui todos os documentos que comprovam que sua filha é pessoa com deficiência: *“Eu tenho laudo dela em casa, carteirinha, tenho tudo direitinho”*.

Acerca da realidade das pessoas com deficiência no sistema prisional brasileiro, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) mostra que atualmente existem cerca de 4.350 pessoas com deficiências nas prisões brasileiras, sendo 4.130 homens e 220 mulheres. Poletti (2018), através da Lei de Acesso à Informação afirma que apenas 11% dessas pessoas encontram-se em presídios adaptados e 25% em ambientes que estão em processo de adaptação. Poletti (2018) ainda afirma que

A falta de acessibilidade nas unidades prisionais também foi observada na última edição do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 2015. Segundo o documento, o panorama atual gera “graves entraves de convivência e desrespeito à dignidade humana”, e reforça a necessidade da aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência nestes ambientes.

Ou seja, as pessoas com deficiências enfrentam entraves na sociedade livre e mais ainda na prisão pois grande parte das Unidades não possuem estrutura para abrigá-las. O documento ‘Diretrizes básicas para arquitetura prisional’ (2011) do CNPCP estabelece que as prisões deverão se ajustar às necessidades das pessoas com deficiência, entretanto, como já foi posto, a realidade é bem diferente do que está determinado nos documentos.

3.4.2.1 “Às vezes eu tenho surto, às vezes assim, minha autoestima vai lá pra baixo... às vezes eu, aquele negócio vem, aquela negatividade, né?”¹⁷

¹⁷ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

Olhe eu vivo num inferno, pra tomar conta de menino, tomar conta de casa, pra tomar conta, pra vim fazer as coisas, me viro nuns 100, eu não sei como é que eu me viro, mas eu me viro (Salinda).

Às vezes eu me sinto assim, preocupada assim porque, eu acho que a minha motivação é acreditar em Jesus, sabe? Porque, é, sou uma pessoa cheia de dificuldade, assim, saúde, né? Sou cheia de problema... Eu tenho um problema de pressão alta, eu tenho problema de saúde seríssimo, ta entendendo? Às vezes eu tenho surto, às vezes assim, minha autoestima vai lá pra baixo... às vezes eu, aquele negócio vem, aquela negatividade, né? Dizendo que eu não vou vencer, que eu não vou conseguir dá conta de tudo e eu começo a chorar dentro de casa e aperreada dizendo que eu não vou vencer. Ai a minha menina, também é evangélica: mainha, a senhora não pode deixar desacreditar não, mainha. A gente tem que lutar, enfrentar a vida mesmo da forma que ela é, assim mesmo, enfrentar a tribulação mesmo e que Jesus diz que a gente tem que ter confiança, a gente tem que ter paciência. É mesmo, né, minha filha. A gente tem que ter (Lumbiá).

Quando indagadas sobre como avaliavam suas vidas após a prisão de suas parentas, as familiares disseram que vivem constantemente preocupadas, atarefadas, sobrecarregadas, doentes. Confesso que esse foi um dos momentos que mais me emocionei principalmente com a fala de Lumbiá cujo um fragmento intitula este tópico. Como já foi dito, Lumbiá é hipertensa, possui uma deficiência visual e, no momento da entrevista, parecia muito abalada por estar no presídio, visitando sua irmã que outrora estava livre. Ela disse que tem vários problemas de saúde e que às vezes surta devido as tantas dificuldades que enfrenta. Ela falou que a motivação que ela tem é acreditar em Jesus, se apegar com Deus e ter confiança nele.

Lumbiá tem 48 anos de idade, porém, aparenta ter bem mais provavelmente devido a vida de dificuldades que ela leva. Ela relatou que mora no bairro de Santa Cruz, na cidade de Santa Rita e que nesse local, o comércio e o tráfico de drogas são muito grandes. Ela falou que sua irmã foi presa porque

[...] tava num local sentada, próximo a ela tinha uma droga enterrada num terreno, assim, é, tinha um terreno assim de frente e ela tava no lado direito assim, numa calçada sentada. E então os policiais chegaram fazendo uma ronda e encontraram essa droga aí você sabe que sempre tem aquela, aquele tipo assim, é, parece que é um metro, a droga pode ser daquela pessoa [...] não encontraram na casa dela e não encontraram nas mãos dela, só que ela tava bem próxima a essa substância que tava lá, no terreno, assim, enterrada”.

Desde então, Lumbiá visita sua irmã no presídio. Ela disse que sua irmã tem dois filhos, uma neta e o marido dela também está preso. Lumbiá falou que sua irmã que está presa era quem sustentava a neta e agora ela quem passou a assumir mais essa responsabilidade

[...] já tenho uma filha com 3 filhos e o marido abandonou, aí fica eu nessa circunstância assim aperreada, pedindo uma ajuda a um, a outro e... ta entendendo? Muito difícil. Aí diz: tô precisando disso, tô precisando de levar, é, quando ela foi presa precisou de roupa, roupa, material de limpeza, aí já tem o marido dela que eu tive que ajudar, ajudar também, difícil demais, muito difícil.

Como foi colocado, Lumbiá já ajudou o marido da sua irmã que está preso e agora ajuda ela. Ela reveza as visitas com a sua sobrinha, filha da sua irmã que está presa, pois, sua sobrinha é mãe de uma criança de dois meses de vida e amamenta. Daí, um domingo Lumbiá realiza a visita e no outro, quem vai é sua sobrinha.

Esse discurso me impactou muito, pois, diante de mim estava uma mulher com uma vida repleta de problemas e violações e que, infelizmente, não tinha perspectiva de melhoras. Esse foi um dos momentos que eu precisei segurar o choro porque fiquei muito emocionada; só quem vive essa realidade é que sabe o quanto é difícil dia após dia resistir e continuar.

3.4.3 “Como assim? Tem é nada! Só tem Jesus, só Jesus na vida da gente”¹⁸

Objetivo, neste tópico, refletir e discutir se as familiares das detentas são contempladas com alguma ação oriunda da Gerência de Ressocialização do Estado da Paraíba ou se são inseridas em algum benefício, programa ou serviço socioassistencial.

Nenhuma, não, não, não (Salinda).

Como assim? Tem é nada! Só tem Jesus, Só Jesus na vida da gente. Eu não tenho nada, nada! Eu dei entrada quando eles eram pequeno, foram na minha casa, sabe o que foi que disseram pra mim? Que aqueles menino tinha que comer do meu salário que eu ganho, e nada! Nem ela, nem os meninos, ninguém recebe nada. Mas tem nada não, Deus é maravilhoso, Deus é fiel (Ana Davenga).

¹⁸ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

Cortaram! Cortaram minha bolsa família, eu recebia só 70 reais por causa que, eu tinha esse auxílio doença, aí lá, no bem estar, eles falaram: você quer o seu salário mínimo? Ou quer os seus 70 reais? Os 70 reais não vai da pra mim sobreviver, comprar remédio pra mim, não dá. E eu só tenho um salário mínimo, não tem décimo, aí cortaram, cortaram o meu, minha bolsa família, só era 70 reais só... (Lumbiá).

Eu tenho Bolsa Família, quer dizer, minha nora, o menino dela tem 3 anos, aí ela mora comigo, aí ela tem Bolsa Família (Lidiane).

No momento em que perguntei as familiares das detentas se são contempladas com alguma ação oriunda da Gerência de Ressocialização do Estado da Paraíba (GER), elas foram sinceras e disseram que não recebem nada. A Gerência de Ressocialização (GER) foi criada em 2011 com o intuito de gerir programas, ações e projetos que incluam a pessoa presa e sua família. A partir do programa 'Cidadania é liberdade', várias intervenções são realizadas com base em cinco eixos: Educação, Trabalho, Saúde, Cultura e Família.

Conforme a Secretaria de Administração Penitenciária (2019), o eixo Família desenvolve

[...] atendimento aos familiares dos reeducandos realizado pela equipe multidisciplinar da Gerência Executiva de Ressocialização, que consiste em acolhimento as famílias no sentido de orientar quais os procedimentos necessários para a efetivação e garantia dos direitos dos reeducandos. As ações realizadas com frequência são: orientações e acompanhamento quanto para concessão do benefício de assistência funeral, auxílio para emissão de documentos nos devidos órgãos, orientação para abertura de contas bancárias, cadastro para encaminhamento para trabalho.

Outra atividade realizada também pelo eixo Família, conforme informações institucionais, são atendimentos de saúde aos familiares nos dias de visita íntima e social. Essa ação compõe o projeto 'Cidadania é fortalecer vínculos', criado em 2016 que possui como objetivo acolher as famílias das (os) reeducandas (os) através de ações pontuais na saúde e esclarecimentos e informações.

A partir do que foi dito pelas familiares e pelas informações institucionais, observo que há um abismo entre o que se propõe e se diz estar sendo feito e a efetiva realidade. Quando foram indagadas se recebiam alguma ação oriunda deste

órgão, as participantes desta pesquisa alegaram que não recebiam nada, inclusive algumas nem sabiam da existência desta Gerência.

Acerca se são inseridos em algum benefício socioassistencial, boa parte das familiares disseram que não possuem nenhum auxílio e algumas falaram que recebem o Bolsa Família. De acordo com a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2019)

O Bolsa Família é voltado a famílias extremamente pobres (renda per capita mensal de até R\$89) e pobres (renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178). Os beneficiários recebem o dinheiro mensalmente e, em contrapartida, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação. A quantia que cada beneficiário recebe varia conforme o número de pessoas na família, a idade de cada um e a renda declarada.

Lumbiá disse que era contemplada com o Programa Bolsa Família, porém, ao descobrirem que ela não se encaixava no perfil indicado, cortaram seu benefício. Ela recebe o Auxílio Doença e, por isso, não podia também receber o valor do Bolsa Família e, com tristeza, disse: *“cortaram o meu, minha bolsa família, só era 70 reais só...”*. Percebo que, por mais irrisório que o valor que ela recebia pareça ser, na realidade em que ela vive está fazendo falta.

Existe um benefício específico para as famílias de detentas e detentos de baixa renda, previsto no art. 201 da Constituição Federal de 1988 que é o Auxílio – Reclusão. De acordo com informações oriundas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o auxílio - reclusão é um benefício destinado aos familiares daqueles apenados ou apenadas que antes de serem presos contribuía para a Previdência Social.

“A família do segurado recluso só vai receber o benefício se a última remuneração do preso for igual ou inferior a R\$ 1.319,18. Esse valor é atualizado anualmente, por meio de Portaria do Governo. Se o segurado estiver desempregado no mês em que foi preso, mas ainda estiver em período de “qualidade de segurado” (ou seja, ainda tem direitos previdenciários) será então considerado como remuneração o último salário que o segurado recluso tiver recebido para a avaliação do direito ao benefício”.

Ou seja, existem uma série de critérios para que a família do detento ou, no caso desta pesquisa, detenta, seja contemplada com o valor do auxílio reclusão, porém, o que comumente escutamos pelo senso comum ou nos veículos midiáticos é que a pessoa que está presa é que irá receber esse dinheiro. Essas falsas informações são propagadas de forma que as pessoas acreditam e reproduzem gerando uma total aversão e preconceito da sociedade com esse benefício.

De acordo com Rodrigues e Lara (2019), o número de famílias de presos/as contempladas com o auxílio – reclusão é mínimo e em 2019, devido à Medida Provisória nº 871 que endureceu as regras de acesso a esse benefício e que em 18 de junho de 2019 foi transformada na Lei 13. 846/2019, esse número caiu de 46.750 pessoas para 37.162. Na realidade pesquisada neste trabalho, dentre as familiares entrevistadas, nenhuma é contemplada com o auxílio – reclusão e isso se deve ao fato também de que muitas detentas antes de serem presas não contribuíam para a Previdência Social até porque grande parte não possuíam vínculos empregatícios formais.

3.4.4 “É muito ruim!”¹⁹

Nesta seção, irei discutir como as familiares avaliaram os dias de visita na instituição prisional e como era sair da visita.

É muito ruim! Eu quando dá 9:30h eu vou me bora, só pode entrar de oito, mas só entra de oito e meia, aí quando eu entro, acho que não passo nem uma hora aí eu não passo, quando dá 9:30h eu vou me bora (Ana Davenga).

Mulher, olha, com o pessoal, com as meninas, com as detentas é muito bom, a gente só fica meio assim com os agentes que são muito, entendeu? Mas com as meninas não, as meninas elas se acostumam com você aí vem, sorri, por exemplo, se uma pessoa quiser fazer uma oração não pode, se alguém quiser cantar um louvor não pode. Uma vez, foi na época de Natal, antes do Natal que a filha daquela dali ela levantou um culto, aí a agente fez: Se você não parar com isso agora você vai ser recolhida. Aí ela fez: Me trate de senhora que eu sou uma polícia. Mas eles não são polícia, são concursados para agente penitenciário. Mas elas querem ser tratadas como polícia, sabe? (Luamanda).

Eu fico até duas, porque o motorista chega, o motorista vem me pegar de duas horas aí eu saio de duas, quinze pras duas, tem dia que eu saio mais cedo um pouquinho, aí ela faz: Mainha, fique mais

¹⁹ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

um pouquinho. Ai eu digo: eu não posso, porque, hoje ele só veio me trazer (Lidiane).

A gente fica no pátio. É tranquilo, é tranquilo (Salinda).

Acerca de como são os dias de visita no CRFMJM, grande parte das familiares alegaram que não se sentiam bem, que não ficavam durante muito tempo na instituição justamente por se sentirem incomodadas. Neste ponto, destaco a fala de Luamanda que disse que entre as detentas ela se sente mais à vontade do que entre as ou os agentes penitenciários (as) que ditam como elas devem ou não se portar. Luamanda destacou também que nos dias de visita, muitos alimentos que elas trazem para suas familiares são barrados sem justificativa na entrada na hora da revista dos alimentos.

[...] às vezes nosso alimento é barrado, às vezes não entra isso, não entra aquilo, aí tem dia que a gente traz uma coisinha melhor aí eles ficam dizendo: Isso não pode entrar porque isso é luxo! Mulher, eu não vou mentir, vou falar a verdade. Não é o que a gente comprou? Não é o gosto que a gente quer fazer a ela? Dar uma comidinha melhor no domingo, e eles ficam pra eles, é assim. Porque quem vai comer é quem ta visitando, por exemplo: se eu trouxer muita comida eu não vou visitar porque tem que ser a comida que dê pra três pessoas pra eu, meu ex marido que é pai dela e a minha filha [...] uma mulher trouxe semana passada e pegaram o camarão da mulher e simplesmente comeram. Ao invés de não, eu tinha pegado e colocado aqui embaixo ou então dava aos cachorros. Uma vez eu trouxe tapioca ele desenrolou e tudo pra ver o que tinha dentro e disse: Não entra não. Aí eles ficaram pra eles. Eu trouxe uma vez umas verdurinhas que me pediram aí eles pegaram e não deixaram, aí eu disse: então já que não entra, mande pra cozinha das meninas lá embaixo, eles pegaram e levaram pra cozinha deles.

De acordo com a fala de Luamanda, vários alimentos são barrados nos dias de visita do Presídio. Nas instituições prisionais paraibanas, via de regra, existe uma lista pré-determinada dos alimentos que são permitidos ou não para adentrar à prisão conforme cada direção, entretanto, de acordo o discurso das entrevistadas, os profissionais barram até aqueles alimentos que são liberados.

Putti (2014) em matéria realizada com os familiares dos detentos que estão presos no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, localizado na Região Oeste de São Paulo, afirma que a instituição determina como os familiares que desejam

visitar seus parentes devem se vestir e definem os itens de alimentação que pode ou não entrar na prisão

“Meire conta que tudo que ela traz para o seu filho passa por fiscalização, e, às vezes, não autorizam a entrada de certos produtos. O critério para aceitar ou barrar o alimento depende do humor do agente que avalia”.

Portanto, observei que essa realidade não é exclusiva do CRFMJM e se repete em mais Estados e Unidades Prisionais. Em sua fala, Luamanda disse que os ou as agentes barram os alimentos e que, muitas vezes, logo após a revista eles consomem esses mesmos alimentos que eles impediram de entrar. Ela falou que essas atitudes já se repetiram diversas vezes. Ato como esse são configurados como violação aos direitos, pois, se a familiar que vai visitar a sua parenta presa cumpre com todas as normas relativas a alimentação, ao que pode ou não adentrar ao presídio, em tese, ela deveria levar esses alimentos até sua parenta, durante a visita; essa comida deveria ser consumida pela sua parente que está na prisão e não pelos profissionais do cárcere. Entretanto, não é isso que vem acontecendo na realidade pesquisada.

3.4.4.1 “Eu choro muito, eu entro em depressão, eu passo uns dois dias me sentindo cansada, pesada, sabe? Uma tristeza sobre mim muito grande, pra mim o horrível é a despedida...”²⁰

É triste, né? A gente sair e deixar, deixar elas aí, aí é triste. Pra entrar é bom que a gente fica com aquela vontade, que sabe que vai ver, né? Já quando a gente sai é triste porque a gente sabe que vai deixar (Lidiane).

É triste, é muito triste deixá-la. Eu choro muito, eu entro em depressão, eu passo uns dois dias me sentindo cansada, pesada, sabe? Uma tristeza sobre mim muito grande, pra mim o horrível é a despedida, quando elas recebem assim alguma notícia de algum parente que morreu elas ficam tristes, elas choram aí a gente se entristece, sabe? Porque pra esse povo aí dentro elas não tem sentimentos não, cometeram um crime, cometeram suas atrocidades lá fora então elas não são pessoas, não tem sentimentos não (Luamanda).

Ai a gente sai, aí elas dão o negócio pronto, vai simhora, é muita coisa, é muita coisa, eu não sei nem lhe falar (Salinda).

²⁰ Trecho retirado de uma entrevista feita com uma familiar de detenta.

Quando indagadas sobre como se sentiam quando saiam das visitas, as familiares foram unânimes e disseram que se sentiam tristes, desanimadas pois estavam saindo e deixando sua familiar no cárcere. Luamanda disse que após o domingo, ainda se sentia mal durante alguns dias, cansada, com uma sensação ruim. A expressão das familiares demonstrava um desalento, para elas, a saída da visita era ainda mais doloroso, pois, elas deixavam uma familiar sua na prisão e, na maioria das vezes, sem previsão de quando elas vão sair dali para retornar à vida em sociedade.

Sendo assim, nesse capítulo que trouxe todas as informações e dados da pesquisa de campo, observei que essas mulheres convivem com diversos sentimentos dentre eles: angústia, sofrimento, tristeza, amor. Elas também passam dificuldades sendo elas financeiras, de locomoção, relativas à saúde (ou falta dela). Nesse capítulo, tive a oportunidade de descrever quem são essas mulheres e suas realidades que muito se assemelham; através das mais diversas categorias exemplifiquei situações que cotidianamente elas vivenciavam e vivenciam e as mais diversas violações que a prisão as obrigam passarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi dito, os mecanismos disciplinares da instituição total²¹ prisão não incidem exclusivamente sob sua população, exercendo influência também na vida das familiares das pessoas presas. Grande parte desses indivíduos são mulheres negras, pobres e periféricas que levam uma vida cheia de restrições e violências e, quando um parente seu vai preso, aumentam as dificuldades que enfrentam. Sendo assim, meu objetivo neste trabalho foi mostrar a realidade das poucas e valentes mulheres que visitam suas parentas no único presídio feminino de João Pessoa/PB, o Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão.

Para tanto, parti da construção de uma nova proposta de nação que se aspirava para nosso país no final do século XIX e início do século XX. As ideias eugênicas recém-chegadas no Brasil serviram perfeitamente para a formulação e execução desse projeto de brasilidade. A eugenia, que é a ciência do melhoramento da raça humana, esteve presente na racionalidade dos intelectuais e políticos brasileiros nesse período histórico. A partir disso, as práticas eugênicas-higienistas foram construídas, visando uma verdadeira limpeza social dos grandes centros urbanos e o melhoramento da imagem do Brasil no exterior. As pessoas negras, os ex escravos eram alvos dessas políticas que objetivavam a segregação e gradual eliminação destes. Esses indivíduos eram tidos como criminosos, loucos e a eles foram direcionados o controle e o disciplinamento de forma que até sua sexualidade fora regulada. O Estado Biopolítico brasileiro classificou essas pessoas enquanto classes perigosas, bodes expiatórios que deveriam ser mantidos nas encostas das grandes cidades, fora da visão daqueles cidadãos ditos perfeitos e aptos para dar continuidade à construção de um novo Brasil. Sendo assim, em território brasileiro, a eugenia serviu como instrumento de estigmatização das pessoas negras e pobres que em nada contribuíram para o progresso do país. Essas pessoas eram consideradas obstáculos, fora dos padrões de normalidade que foram estabelecidos naquele momento. Portanto, a construção da noção de classes perigosas teve início nesse contexto e as familiares envolvidas neste estudo são tidas como classes

²¹ Segundo Goffman (1961, p. 11), a instituição total “[...] pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

perigosas pela cor de sua pele, sua condição econômica, pelo lugar onde moram e principalmente por possuírem uma familiar encarcerada.

Essas mulheres que majoritariamente são negras têm o sofrimento como marcador fundamental em suas vidas. Desde a escravidão, as mulheres negras construíram estratégias de resistência mediante uma realidade hostil e opressora e, desde esse período histórico, as mulheres negras ocupam espaços de trabalho precarizados no qual não usufruem de nenhum tipo de privilégio. O poder possui a função de determinar quais atividades as mulheres irão desempenhar e observo que para as mulheres negras sempre foram designadas as piores ocupações; nas vidas destas as humilhações no ambiente de trabalho foram e são recorrentes. O público pesquisado foi composto por mulheres que são negras, visitam suas parentas na prisão e convivem com uma série de violações de direitos e dentre eles destaco a que considero a pior, a revista íntima vexatória, que é um processo torturador que essas mulheres são obrigadas a passar. Esse procedimento desumano põe as mulheres em condições de constrangimento, vergonha e opressão; para adentrar à instituição prisão todo domingo, elas precisam vivenciar essa barbárie.

Em diálogo com as mulheres entrevistadas, pude ouvir as mais diversas histórias: desde o trajeto no transporte coletivo até a frente do CRFMJM escutei sobre dores, sofrimento, sentimentos de exclusão, solidão, estigma. Esse último eu vi nos olhares de várias pessoas; quando as mulheres chegavam ao terminal de integração, se reconheciam e se aglomeravam com suas sacolas, percebi que os demais que estavam no local se afastavam. Quando o ônibus Mangabeira Cidade Verde demorava, o comumente conhecido 302, todos que estavam no local reclamavam, mas minha atenção era para as familiares dos detentos que iam visitar seus parentes nos mais diversos presídios localizados nos bairros que esse ônibus circulava, e algumas diziam: *“É hoje que nós vamos em pé nesse ônibus, bem capaz da nossa comida derramar”*. Uma vez no caminho ao presídio, a comida vazou do recipiente de uma mulher e ela lamentou: *“Se eu chegar sem essa comida no presídio ele me mata”*. E quando finalmente eu chegava ao meu destino final, poucas mulheres desciam junto comigo e as outras seguiam para as mais variadas instituições prisionais.

Todo domingo eu saía do campo de pesquisa com um sentimento ruim, na verdade com uma mistura de sentimentos que me causavam incômodo com a realidade que àquelas mulheres viviam e vivem daí eu pensava: se para mim era

difícil estar ali, avalie para elas que são invisibilizadas? Que possuem seus direitos humanos violados? Que têm que passar por todos os processos que relatei neste trabalho e muitos mais?

É certo que minhas inquietações não param e essa pesquisa não tem a aspiração de esgotar essa temática, pelo contrário: uma das principais pretensões que tenho é que esse estudo sirva de instiga para próximos pesquisadores. Esse objeto de estudo é muito sério, são vidas que sofrem os diversos males oriundos da prisão simplesmente pelo fato de serem familiares de detentas. Meu anseio é que os governantes atentem para esse público com a seriedade que elas merecem, entretanto, os dias que se seguem parecem ser obscuros assim como os dias presentes, porém, não vão durar para sempre. Parafraseando Mário Quintana (1978) eles com certeza passarão e nós passarinho.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Daniela. **Renda domiciliar per capita fica em R\$ 1.373 em 2018**, diz IBGE. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/02/27/renda-domiciliar-per-capita-fica-em-r-1373-em-2018-diz-ibge.htm>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

ANTUNES, Leda. **As conquistas e a visibilidade que as pessoas transexuais alcançaram em 2018**. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/12/25/as-conquistas-e-a-visibilidade-que-as-pessoas-transexuais-alcancaram-em-2018_a_23626869/>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica do direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

BRASIL. **Bolsa Família: segue até o dia 31 o pagamento do benefício**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/julho/bolsa-familia-segue-ate-o-dia-31-o-pagamento-do-beneficio>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

_____. **Diretrizes básicas para arquitetura prisional**. Brasília, 2011. Disponível em:< <https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-cnpcp-construcao-prisoas.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

_____. **Estatuto do Idoso**. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

_____. **Lei de Execução Penal Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 13.271 de 15 de abril de 2016**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13271.htm>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen, Junho 2016. Disponível em: < http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2008.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

CAPITAL, Redação Carta. **IBGE: apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior**. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/educacao/21396/ibge->

apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

CARDOSO, Ruth C. L. (Org). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986).

CEJIL, Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional. AJD, Associação Juizes para a Democracia. ITCC, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. CNBB, Pastoral Carcerária Nacional. IDDD, Instituto de Defesa do Direito de Defesa. CDPLP, Centro Dandara de Promotoras Legais Popular. ASBRAD, Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. CTV, Comissão Teotônio Vilela. IBCCRIM, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Classes perigosas**. Trabalhadores, 1990.

CHAVES JÚNIOR, Airto. MENDES, Marisa Schmitt Siqueira. **A miséria atrás das grades: a produção da criminalidade a partir da seletividade da norma penal**. Revista DIREITO E JUSTIÇA – Reflexões Sociojurídicas – Ano IX – Nº 12- Março-2009. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/168/112>. Acesso em: 08 de janeiro de 2020.

CNPCP. **RESOLUÇÃO Nº 01 DE 30 DE MARÇO DE 1999**. Disponível em:<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/ato_normativo_federal_resol-01.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

CNPCP. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 28 DE AGOSTO DE 2014**. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25910835_RESOLUCAO_N_5_DE_28_DE_AGOSTO_DE_2014.aspx>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

COIMBRA, Cecília. **OPERAÇÃO RIO: O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro, Intertexto, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Remição pela leitura já é realidade em diversos presídios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79760-remicao-pela-leitura-ja-e-realidade-em-diversos-presidios-brasileiros>>. Acesso em: 21 de outubro de 2018.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais**. Disponível em:< <http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

Cytrynowicz, Luisa. **Quando a punição ultrapassa o preso e afeta as famílias**. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-quando-a-punicao-ultrapassa-o-pres-e-afeta-as-familias/?fbclid=IwAR11R6T-eQnV_qQ3TnVI-

cD4r2PsHtvhOpGB8QPcV2XN5kxQNPj5U67pih8>. Acesso em: 09 de janeiro de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. **Escravas**: resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª ed, 1986.

DUTRA, Yuri Frederico. **“Como se estivesse morrendo”**: a prisão e a revista íntima em familiares de reclusos em Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

FONSECA, Claudia. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006. Acesso em 20 de outubro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1986.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Os anormais**: curso no College de France (1974-1975). São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau Editora, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, tráfico e maternidade**: um estudo sobre mulheres encarceradas. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

G1. **Abandono é a principal diferença entre mulheres e homens na cadeia**, diz Drauzio Varella. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/abandono-e-a-principal-diferenca-entre-mulheres-e-homens-na-cadeia-diz-drauzio-varella.ghtml>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

GIOPOPO, Christiane. **Eugenia**: a higiene como estratégia de segregação. Educar, Curitiba, n.12, p.167-180. 1996. Editora da UFPR.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva S.A, 1961.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

GUERRA, André. **Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI**. Ciênc. Cult. Vol.58.n.1. São Paulo. 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. São Paulo: Cortez, 1999.

IRPEN. **As conquistas e a visibilidade que as pessoas transexuais alcançaram em 2018**. Disponível em: < <http://www.irpen.org.br/site/conteudo-noticia/4998>>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Autor, 2012.

KESLEY, Priscilla. **Obstáculos no caminho: Desigualdade racial na educação brasileira**. Disponível em:<<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/obstaculos-no-caminho-desigualdade-racial-na-educacao-brasileira>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2003.

LAPORTA, Taís. **Renda domiciliar per capita no Brasil foi de R\$ 1.373 em 2018, mostra IBGE**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/27/renda-domiciliar-per-capita-no-brasil-foi-de-r-1373-em-2018-mostra-ibge.ghtml>>. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

MAIA, Antônio C. **Sobre a analítica do poder de Foucault**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 83-103, outubro de 1995.

MAIA, Zioelma Albuquerque. **A Gerência Executiva de Ressocialização e as políticas de assistência aos reeducandos do Estado da Paraíba**. Disponível em: <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-administracao-penitenciaria/programas-projetos>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2003.

MARIATH, Carlos Roberto. **Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário.** 2008. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13588-13589-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça:** médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1994.

MENDES, Adriana. PERREIRA, Paula. **Transexuais já podem mudar nome em documentos nos cartórios de todo país.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/transexuais-ja-podem-mudar-nome-em-documentos-nos-cartorios-de-todo-pais-22836060>>. Acesso em: 09 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Auxílio-Reclusão:** desmistifique boatos e entenda quem realmente tem direito. Disponível em: < <https://www.inss.gov.br/auxilio-reclusao-desmistifique-boatos-e-entenda-quem-realmente-tem-direito/>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projovem Urbano.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>>. Acesso em: 21 de outubro de 2018.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume, 2012.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** Teoria, Método e Criatividade. 14 ed, São Paulo, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, M. S. **Acesso à Justiça:** Abismo, população e Judiciário. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7498. Acesso em 15 de outubro de 2018.

NEVES, Márcia das. **A concepção da raça humana em Raimundo Nina Rodrigues.** *Filosofia e História da Biologia*, v.3, p.241-261, 2008.

OLIVEIRA, Elida. **Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais ainda não concluiu a educação básica,** aponta IBGE. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/19/mais-da-metade-dos-brasileiros-de-25-anos-ou-mais-ainda-nao-concluiu-a-educacao-basica-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

_____. **35% dos brasileiros com mais de 14 anos não completaram o ensino fundamental,** aponta IBGE. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/16/35percent-dos-brasileiros-com-mais-de-14-anos-nao-completaram-o-ensino-fundamental-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

PAIVA, Eduardo França. **Corpos pretos e mestiços no mundo moderno** – deslocamento de gente, trânsito de imagens. In: PIORE, Mary Del. **História do Corpo no Brasil**. Unesp, 2011.

PARAÍBA. **A FUNAD**. Disponível em: < <https://funad.pb.gov.br/a-funad>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 6.081 de 18 de abril de 2020**. Disponível em: < <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/05/LEI-ESTADUAL-SISTEMA-DE-REVISTA-NA-PARAIBA.pdf>>. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2017.

POLETTI, Luma. **Brasil tem quase 6 mil presos com deficiência e apenas 11% estão em prisões adaptadas**. Disponível em: < <https://ponte.org/brasil-tem-quase-6-mil-presos-com-deficiencia-e-apenas-11-estao-em-prisoas-adaptadas/>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

POMPEU, Ana. **STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

PUTTI, Alexandre. **Conheça a grotesca revista íntima sofrida por familiares de presos em todo país**. Disponível em: < <http://www.justificando.com/2014/11/18/conheca-grotesca-revista-intima-sofrida-por-familiares-de-presos-em-todo-pais/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Letramento, Justificando, 2017. Disponível em: < <http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros/RIBEIRO%20Djamila.%20O%20que%20e%20lugar%20de%20fala.pdf>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

RODRIGUES, Douglas. LARA, Mahila Ames. **Governo dificulta acesso ao auxílio-reclusão e total de beneficiários cai 20%**. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/governo/governo-dificulta-acesso-ao-auxilio-reclusao-e-total-de-beneficiarios-cai-20/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os mestiços brasileiros**. Gazeta Médica da Bahia, 1890.

SALDANHA, Lourdes de Fátima Moraes de Sousa. RUFINO. Marcia Regina Calderipe Farias. Souza, Ana Kelly Gualberto de. **Gênero, sexualidade e relações familiares entre encarceradas em Manaus**. Disponível em: www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjZnZyOiO3OiO3M6MTToiaCI

7czozMjoiNGNmNjJjNDQ0MjEwYTJiZGJhNjUxNjBkNjkwNGYwNWUiO30%253D+&c
d=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: **Família: redes, laços e políticas públicas/** ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.).5. ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir:** usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro, DIFEL, 2009.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita:** uma sociologia da punição e das prisões. São Paulo, Alameda, 2012.

SILVA, Eralayne Beatriz Félix de Lima. SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de Santana e. **VISITA ÍNTIMA NAS PRISÕES:** direitos humanos, gênero e violência institucional. 2013. Disponível em: <http://www.lapsus.com.br/wp-content/uploads/2014/02/sladh_eralaynebeatriz.pdf>. Acesso em 29 outubro de 2018.

SILVA, Jéssica Souza Scarlatto. MOREIRA, Glaucio Roberto Marques. **As revistas íntimas realizadas em visitantes dos presos no sistema penitenciário brasileiro.** Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/espen/Asrevistasntimas2016.pdf>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica:** higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008.

STEFANO, Waldir. NEVES, Márcia das. **Mestiçagem e eugenia:** um estudo comparativo entre as concepções de Raimundo Nina Rodrigues e Octavio Domingues. Filosofia e História da Biologia, v.2, p. 445-456, 2007.

TANNUSS, Rebecka Wanderley. SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana. OLIVEIRA, Isabel Maria Fernandes de. **Pena compartilhada:** das relações entre cárcere, família e direitos humanos. Revista Eletrônica Direito e Sociedade, Canoas, V. 6, N. 2, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro.** São Paulo, 2015.

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo:** alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa possui como título '**POBREZA, RAÇA E GÊNERO**: famílias de detentas em João Pessoa/PB' e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Anna Paula Batista dos Santos, mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dr^a Luziana Ramalho Ribeiro.

O principal objetivo deste estudo é analisar a realidade das famílias das detentas a partir dos condicionantes pobreza, raça e gênero. Os objetivos específicos são: identificar quais violações de direitos humanos sofrem as familiares das detentas; examinar se essas famílias estão inseridas nos serviços, programas e benefícios sociais e investigar quais são as ações desenvolvidas pela Gerência de Ressocialização do Estado para este público.

Portanto, este trabalho possui como finalidade despertar o interesse da comunidade acadêmica para os estudos acerca dessa temática bem como contribuir para aprimorar o exercício profissional dos trabalhadores desta área, através da coleta e análise dos dados.

Informamos que sua participação se dará de forma voluntária de forma que o senhor (a) não será obrigado a fornecer nenhuma informação nem colaborar com as atividades propostas. Caso decida não participar da pesquisa, ou desistir quando a mesma estiver em andamento, não sofrerá nenhum dano ou prejuízo.

Sendo assim, solicitamos sua colaboração para participar de uma entrevista semiestruturada que será gravada por equipamento de áudio para futura transcrição. Pedimos também sua permissão para publicação dos resultados deste estudo em eventos científicos do Serviço Social e áreas afins, ou em periódicos.

Salientamos que esta pesquisa não oferece grandes riscos e as informações que serão obtidas estarão mantidas em sigilo absoluto. Nos propomos a seguir, em todas as etapas da pesquisa, os critérios da Resolução 466/ 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que trata acerca da pesquisa com seres humanos no Brasil. Desta forma, a pesquisadora responsável estará disponível para qualquer esclarecimento em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos, riscos e benefícios decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2019

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Pesquisador (a) Responsável: Anna Paula Batista dos Santos

Fone: (83) 98707-0949/E-mail: annapaulasantos1994.1@gmail.com

Endereço (Setor de Trabalho): Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – CCHLA/UFPB. Campus Universitário. Fone: (83) 3216-7319. E-mail: ppgss@cchla.ufpb.br. Bairro: Castelo Branco – João Pessoa/PB – CEP 58.059-900.

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Endereço: Universitário, S/N. Bairro: Castelo Branco. UF: PB. CEP: 58.051-900. Município: João Pessoa. Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS ESTRUTURADO
FAMILIARES DAS DETENTAS

1. Como o senhor (a) se enxerga:

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Estado Civil:

☐ Solteiro (a) ☐ Casado (a) ☐ Viúvo (a) ☐ Divorciado (a) ☐ Outro. Qual?

3. Sua idade está entre:

☐ Menos de 20 anos ☐ Entre 20 e 30 anos ☐ Entre 30 e 40 anos

☐ Entre 40 e 50 anos ☐ Entre 50 e 60 anos ☐ Mais de 60 anos

4. Nível de escolaridade:

☐ Não escolarizado(a) ☐ Fundamental incompleto ☐ Fundamental completo

☐ Médio incompleto ☐ Médio completo ☐ Superior incompleto ☐ Superior completo

5. Qual a renda de sua família?

☐ Menos de um salário mínimo ☐ Um salário mínimo ☐ Dois salários mínimos

☐ Três salários mínimos ☐ Mais de três salários mínimos

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO

FAMILIARES DAS DETENTAS

1. Vocês são contemplados com alguma ação oriunda da Gerência de Ressocialização? Esse órgão desenvolve algum trabalho junto a vocês? Se sim, qual (is)?
2. Como você se sente em ter uma parente presa?
3. Como é lidar com a sociedade pelo fato de possuir uma familiar encarcerada?
4. Como foi descobrir que sua parente estava presa?
5. Como você avalia sua vida após sua parente ter sido presa?
6. Você é inserida em algum benefício, programa ou serviço sociassistencial? Se sim, qual (is)?
7. Como você avalia o tratamento recebido pelos profissionais do presídio?
8. Como funciona o processo de revista íntima?
9. Como são os dias que antecedem a visita?
10. Como são os dias de visita na instituição?
11. Como é sair da visita?